



IDOSO

“Os anos não podem ser vistos como uma real conquista se não puderem ser vividos com qualidade. A solução para envelhecer com qualidade está no monitoramento de um conjunto de iniciativas voltadas para o aspecto social, físico e emocional”.

Renato Peixoto Veras, Doutor em Epidemiologia do Envelhecimento

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Secretaria de Habitação abre inscrição para a Vila da Melhor Idade, em Conceição do Macabu

Serão selecionados 300 candidatos. Destes, 60 serão sorteados para ocuparem os imóveis e os demais vão compor cadastro de reserva.

Fonte: Portal do Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Habitação – 05/11/2013



Nos dias 12, 13 e 14 de novembro, a Secretaria de Estado de Habitação abre inscrição para interessados em residir na Vila da Melhor Idade, construída em Conceição de Macabu, na Região Norte Fluminense. Serão selecionados 300 candidatos, que atendam os requisitos determinados no Edital publicado no Diário Oficial. Destes, 60 idosos serão escolhidos, por meio de sorteio público, para ocupação dos imóveis. Os demais ficarão em cadastro reserva.

Para se inscreverem, os candidatos devem ter 60 anos (ou mais), não serem casados, nem vivam em união estável e residam há pelo menos dois anos no

município. A renda exigida é de até dois salários mínimos e o interessado não pode ser proprietário de imóvel ou ter sido atendido por qualquer programa habitacional.

Os candidatos podem realizar a inscrição, munidos de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência e de renda, no horário de 10 às 16 horas, na sede da Fundação Leão XIII, na Avenida Vitor Sence, s/n, no Terminal Rodoviário, em Conceição de Macabu. A lista com os selecionados será divulgada no dia 3 de dezembro no Diário Oficial do Estado e no local de inscrição.

O empreendimento fica ao lado do recém-inaugurado Conjunto Habitacional Conceição de Macabu, com 160 apartamentos, ambos construídos pela Cehab-RJ, com investimento total de R\$ 12 milhões, por parte do governo do Estado.

A vila tem 30 casas adaptadas para receber moradores da terceira idade, cada uma com área de 49,36m², sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. Em cada imóvel, viverão dois idosos. Todas as unidades foram erguidas dentro dos parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e estão adaptadas para atender as demandas de portadores de necessidades especiais, com a instalação de barras de apoio e rampas de acesso.

Dentro da Vila da Melhor Idade foi construída, ainda, uma Casa do Cuidador, com 31,41m², sala, quarto,



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl. 01
Doutrina	fl. 08
Notícias do Judiciário	fl. 08
Notícia do Legislativo	fl. 10

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl. 10
Evento	fl. 26
Doutrina	fl. 26
Notícias do Judiciário	fl. 27
Notícias do Legislativo	fl. 28
Legislação	fl. 29
Institucional	fl. 30

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Souza

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Fábio Gomes Palermo
Rodrigo Firmino da Silva

Estagiário
Pablo Gomes Amaral

...

Projeto gráfico
STIC - Gerência de Portal
e Programação Visual



cozinha e banheiro, e um Centro de Convivência para socialização dos idosos.

Segundo o secretário de Habitação, Rafael Picciani, a atenção com as pessoas da terceira idade é muito importante:

- Nesta fase da vida, é essencial que possamos colaborar para que as pessoas vivam de forma digna, em moradias completamente adaptadas às suas necessidades. A largura das portas, por exemplo, permitem a passagem de cadeira de rodas. Isto faz toda a diferença, pois permite maior independência do morador – afirmou o secretário.

Serviço:

Inscrição para Vila da Melhor Idade – Conceição de Macabu

Dias 12, 13 e 14 de novembro de 2013, das 10 às 16 horas

Local – sede da Fundação Leão XIII – Avenida Vitor Sence, s/n, Terminal Rodoviário, Conceição de Macabu

Documentos Necessários – CPF, Carteira de Identidade e comprovantes de residência e renda

Instituições asilares, suas questões e o amor

Se nem tudo são flores, algumas vezes, encontramos casos, experiências de pessoas que viveram não “apenas bem” em uma ILPI (ou asilo), mas conseguiram “absorver” o amor, vivendo e desfrutando dos afetos, do amor carinhoso e que, claro, ainda faz tremer o coração.

Fonte: Portal do Envelhecimento – 07/11/2013

Ainda é comum nos depararmos com a resistência de familiares quando se fala das Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI's). Para quem não sabe esses “locais” oferecem uma modalidade de serviço específica, assim como escolas, creches e hospitais.

Para a técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ana Amélia Camarano: “há serviços bons e ruins”, mas é preciso saber escolher.

Fernando Genaro Junior, doutor em psicologia clínica do envelhecimento pela USP e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie explica à imprensa nacional: “Nosso ‘mal-estar’, hoje, é que no mundo da produção e do consumismo não há espaço para o idoso”.

Segundo o professor: “Há, sim, políticas públicas, mas elas, muitas vezes, infantilizam o idoso, como se ele fosse uma criança velha, e isso também não melhora o quadro social. Por outro lado, a cultura que se propaga é a de negar o envelhecimento a qualquer custo”.

Camarano argumenta que “crueldade é envelhecer em um país que não tem oferta de leitos suficiente para todos os idosos que necessitam”. A situação é séria e percebemos uma enorme lentidão e preconceito quando o assunto é envelhecimento. Muitos ignoram que o país “tem, hoje, pouco mais de 5.500 instituições, sendo apenas 238 delas públicas, e a maioria de origem filantrópica”.

Se pensarmos que as projeções apontam para um crescimento do número de brasileiros idosos de 23 milhões para 35 milhões, nos próximos 15 anos, chegamos a um cenário, no mínimo, preocupante e irônico: por um lado, avançamos na medicina, “combatendo e prevenindo doenças ligadas ao envelhecimento” e, por outro, vivemos mais e mais. Mas como? Com que recursos? Com que qualidade? E os familiares, costumeiramente, se veem diante do dilema: manter seu idoso em casa ou institucionalizá-lo? Se a ILPI for a opção, a questão é, como escolher?

O geriatra Márcio Borges alerta que a doença de Alzheimer é a grande vilã da terceira idade, porque exige cuidados em tempo integral. “Como é muito fácil chegar hoje à casa dos 80 anos, o número de idosos que sofrem desse mal aumenta muito. É sabido que 30% dos brasileiros nessa idade vão desenvolver a doença”, calcula o geriatra.

Para Thiago Gomes da Trindade, médico vice-presidente da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, idosos sozinhos, sem parentes próximos, acabam institucionalizados quando perdem sua independência, por doença física ou mental.

ILPI versus \$\$\$

O site da “UOL Mulher” traz alguns valores:

- Casas de repouso podem custar entre R\$ 3 mil e R\$ 8 mil por mês, de acordo com o nível do atendimento médico e psicológico, se o quarto é individual ou compartilhado ou se há necessidade de tratamento intensivo (UTI). Em outros casos, asilos mais caros oferecerão serviços de convivência e lazer.

- Para quem opta por deixar seus idosos em casa, os custos, só com cuidadores contratados para as 24 horas do dia, giram em torno de R\$ 3 mil (mínimo), sem contar os custos trabalhistas, adicionais noturnos e outros benefícios, remédios e instalações residenciais específicas que o idoso venha a precisar (macas, respiradores, rampas de acessibilidade para cadeiras de roda).

Se a família que é considerada a grande provedora de seus velhos não pode falir, perguntamos, a quem recorrer? “Subsidiariamente, a responsabilidade é do Estado (no Brasil, o Ministério Público), que fiscaliza instituições e cuida do idoso maltratado ou abandonado, inserindo-o no sistema institucional”, aponta o “UOL Mulher”. Mas será exatamente isso que acontece?

Então o problema permanece e provoca a reflexão: “Enquanto a população envelhece, a questão dos idosos se torna uma bomba relógio prestes a explodir, o que exige solução rápida. A grande preocupação é o que será de todos os jovens de hoje, quando se tornarem, todos ao mesmo tempo, os muitos velhos de amanhã”. Sim, porque, com sorte, envelheceremos todos.

A orientação é: pesquisar

Sendo impossível acolher o idoso em casa, a orientação é: pesquisar os serviços ofertados. Genaro Junior diz: “Deve ser um local de interlocução, comunitário, com cuidados técnicos especializados – cuidadores, enfermeiros, médicos, psicólogos, segurança –, na medida necessária a cada um”.

Ao entrar em contato com uma casa de repouso, fique atento aos pontos:

- Verifique a existência de um profissional da saúde que o convide para uma conversa.

- O entrevistador deve perguntar pelas expectativas e preocupações da família quanto à estadia e ficar curioso sobre as condições físicas e emocionais do candidato à vaga.

- Vale entrar em contato com famílias que já conhecem a instituição e com o próprio Ministério Público estadual, para checar se há denúncias, investigações em andamento ou processos judiciais contra a casa de repouso (por negligência ou violência contra o idoso).

Se nem tudo são flores...

Algumas vezes, encontramos casos, experiências de pessoas que viveram não “apenas bem” em uma ILPI (ou asilo), mas conseguiram “absorver” o amor, vivendo e desfrutando dos afetos, do amor carinhoso e que, claro, ainda faz tremer o coração. Quer mais? Então conheça a história dos idosos que se conheceram e se apaixonaram no asilo São Vicente de Paulo, na cidade de Criciúma e, adivinhem: se casaram.

“Dona Maria sempre sonhou em se casar na igreja, de vestido branco e um buquê de rosas vermelhas nas mãos. Ela nunca foi casada e tinha a esperança de, um dia, encontrar o príncipe encantado. Já o Sr. Afonso é viúvo e disse o sim pela terceira vez. Agora Dona Maria e Sr. Afonso deixam o abrigo para morar juntos.”

Como diria o poeta Vinicius de Moraes: “Que seja eterno, enquanto dure.”

Referências

GEROLLA, J. (2013). Asilo não é sinônimo de crueldade, mas idoso fica melhor em casa. Disponível em <http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2013/07/13/asilo-nao-e-sinonimo-de-crueldade-mas-idoso-fica-melhor-em-casa.htm>.

GLOBO.TV (2013). Idosos se apaixonam em asilo e se casam em Criciúma. Disponível em <http://globo.com/rbs-sc/jornal-do-almoco-sc/v/idosos-se-apaixonam-em-asilo-e-se-casam-em-criciuma/2918536/>.

Idosos já podem fazer transplante de medula

Há 15 anos, por conta dos riscos, pessoas com mais de 55 anos não eram submetidas ao procedimento. Hoje, hospitais particulares e universitários já fazem o transplante naqueles com mais de 70 anos.

Fonte: Portal do Envelhecimento – Clarissa Thomé – 07/11/2013

A descoberta de novas drogas e a evolução de técnicas médicas têm mudado o perfil dos pacientes que recebem transplante de medula óssea de doador - aparentado ou não. Há 15 anos, por conta dos riscos, pessoas com mais de 55 anos não eram submetidas ao procedimento. Hoje, hospitais particulares e universitários já fazem o transplante naqueles com mais de 70 anos. A mudança no perfil do transplantado foi um dos temas do 16.º Congresso da Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea (SBTMO), em agosto.

Dois estudos recentes dão esperanças às pessoas com mais de 70 anos que precisam de transplante de medula óssea de um doador, os chamados transplantes alogênicos. Um deles foi o levantamento feito pelo Registro Internacional de Transplante de Medula Óssea (CIBMTR, na sigla em inglês), com base em outras pesquisas, que encontrou resultados similares em pacientes jovens e idosos para o chamado transplante não-mieloablativo - isso quer dizer que a medula óssea do paciente não precisou ser bombardeada por altas doses de radioterapia ou químico.

“Os médicos chegaram à conclusão de que nem sempre é necessário. Pode-se dar menor dose de químico ou de rádio, só para permitir que a célula do doador seja enxertada no paciente. Essa célula é capaz de fazer algumas reações imunológicas e lutar contra a doença, como, por exemplo, a leucemia”, explica Nelson Hamershlack, hemoterapeuta do Hospital Israelita Albert Einstein e sócio fundador da SBMTMO.

Essa é uma das técnicas utilizadas no Hospital Universitário da Unicamp. “Ela reduz de maneira importante a toxicidade do procedimento. É uma técnica consolidada no mundo inteiro e no Brasil e permitiu que pessoas mais combatidas fizessem o transplante”, afirma o onco-hematologista Carmino Antonio de Souza, presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH).

Outro estudo foi feito em parceria pelo MD Anderson Cancer Center, no Texas, e o Einstein. Nesse caso, foram analisados 79 pacientes, com idades entre 55 e 76 anos, que tiveram a medula suprimida (transplante mieloablativo) com medicamentos mais modernos e menos tóxicos. “Esse estudo mostrou que em pacientes sem doenças associadas, como diabetes, hipertensão, cardiopatias, os resultados também foram semelhantes aos dos mais jovens”, aponta Hamershlack. Dos pacientes, 71% tiveram remissão completa.

Para o médico, os dois estudos “documentam” que o transplante alogênico é possível em pacientes mais velhos, dependendo do tipo de doença e a condição física. “Nosso pleito ao Ministério da Saúde é de expandir a idade dos pacientes. Há um envelhecimento da população por causa da melhor qualidade de vida. Nessa idade mais avançada, doenças como leucemia e síndrome mielodisplásica são mais prevalentes”, afirma o médico. “A SBTMO já chegou a um consenso. Há possibilidade de expandir a idade do paciente, em vez de privá-lo dessa solução terapêutica importante.”

Hoje, a portaria ministerial estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) reembolsa gastos com transplantes autólogos (em que são usadas as células-tronco do próprio paciente) em pessoas com até 75 anos; transplante de doador aparentado, com supressão da medula, para aqueles com até 65, e até 60 anos para transplante com doador não aparentado. As informações são do jornal O Estado de São Paulo.

Robôs de ajuda a idosos e deficientes fazem sucesso em Tóquio

A Exposição Internacional de Robôs traz uma série de equipamentos que ajudam tanto idosos e deficientes, quanto seus cuidadores.

Fonte: Estado de Minas – Agence France – Presse – 08/11/2013



Em um país onde um quarto da população de 128 milhões de habitantes tem mais de 65 anos, inovações que facilitam a vida dos idosos ou de seus cuidadores são alvo de muitas pesquisas e têm enorme potencial de negócios, como mostra a Exposição Internacional de Robôs, em Tóquio.

Trajes com músculos pneumáticos e uma bengala que se comporta como um cão guia disputaram as atenções dos visitantes com um robô manicure neste evento que se estende até sábado na capital japonesa.

O traje musculoso que dá poder extra a cuidadores para ajudá-los a levantar um paciente acamado é uma das principais atrações do evento. Vestido como se fosse uma mochila, o dispositivo é alimentado com ar comprimido e permite à enfermeira ou cuidador ter mais força muscular extra nas costas e coxas ao erguer alguém idoso ou incapacitado.

A máquina, desenvolvida pela Universidade de Ciência de Tóquio e por uma empresa de enfermagem, é ativada por um tubo na boca do usuário, que adiciona sustentação ao inspirar e desliga o equipamento ao expirar.

“Parece que você está usando a metade da força para levantar as pessoas”, disse o cuidador Norikatsu Kimura, que participou de um teste com a empresa especializada em cuidados com idosos Asahi Sun Clean. “A ajuda me dá um alívio porque sempre nos preocupamos em machucar a parte de baixo das costas”, acrescentou. “Já vi muitas pessoas que gostariam de continuar com este trabalho, mas precisaram parar por causa das dores”, contou.

A força por ar comprimido do dispositivo o torna seguro para uso na água, importante pela necessidade de levantar pacientes durante o banho. O aparelho pesa 10 quilos, incluindo o tanque de ar de 2 quilos.

Entre as 300 companhias que apresentam inovações na feira de quatro dias está a NSK, que apresenta um dispositivo semelhante a uma bengala para ajudar deficientes visuais em seus deslocamentos, com apoio físico e orientação espacial.

O *LIGHTBOT*, que lembra um cano fincado em um carrinho minúsculo, consegue guiar o usuário com problemas de visão a um destino pré-programado. O dispositivo percebe perigos ao longo do caminho, como buracos ou muros, e obstáculos como bancos de praça.

“Graças a sensores, esta máquina evita qualquer obstáculo e permite aos deficientes visuais se movimentarem de forma segura”, explicou Mayuko Mori, da NSK.

“Há uma falta séria de cães guias e, de qualquer forma, algumas pessoas não podem manter animais em seus apartamentos”, continuou.

Segundo ela, ainda não foi tomada uma decisão sobre uma produção do dispositivo em larga escala, mas testes de campo em hospitais e outras instituições começarão em breve.

Outra empresa, a Funai Electric, exhibe um carrinho assistente para caminhadas, que espera começar a comercializar em 2015.

O aparelho é uma versão moderna do carrinho de compras tradicional, em que motores de bordo auxiliam o usuário em subidas e aplicam uma frenagem constante na descida. Equipado com dispositivo GPS, o aparelho pode auxiliar familiares a localizar um parente perdido.

Casa em São Paulo ensina idosos a superar acidentes

Fonte: Folha de São Paulo – Jairo Marques – 09/11/2013

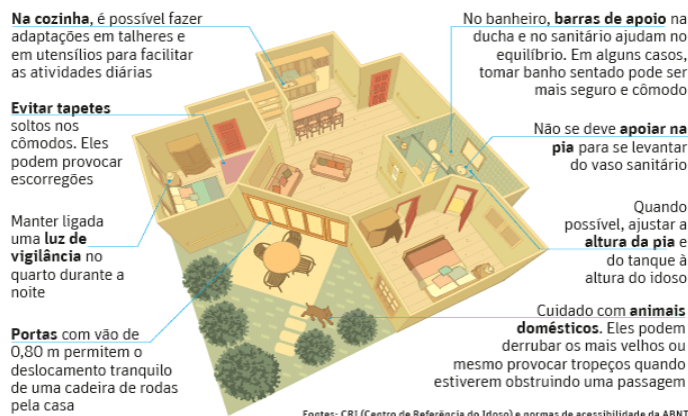
Apesar de só receber pessoas com mais de 60 anos, uma casa montada na zona norte de São Paulo tem o intuito de ensinar a seus moradores lições básicas de vida como comer, tomar banho, deitar-se na cama, cozinhar e andar com segurança.

O local é público e foi montado ao custo de R\$ 47 mil para ensinar idosos a retomarem o controle de atividades da vida prática, após terem sido vítimas de uma queda, de um acidente vascular cerebral e até mesmo de doenças neurodegenerativas.

A instalação, que conta com sala, quarto, cozinha, banheiro e lavanderia, fica dentro do Centro de Referência do Idoso, local que oferece diversos outros serviços ao público mais velho. O centro é mantido pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

“As pessoas chegam aqui necessitadas de orientação sobre como administrarem suas novas rotinas e como cuidarem de si próprias. A casa dá a oportunidade de mostrar na prática situações que as pessoas terão de enfrentar na velhice”, diz Mariana Pietra, 30, terapeuta ocupacional do centro.

CUIDADOS NA CASA DO IDOSO



Familiares também são chamados para as sessões na casa. A eles são explicados ponto a ponto possíveis obstáculos existentes nos cômodos, como driblá-los e como estimular os mais velhos a serem menos dependentes.

DICAS

Por toda a casa há uma série de dicas para evitar acidentes. “Não se apoie na pia ao se levantar no vaso”, “mantenha uma luz de vigília à noite” e “retire os tapetes” são exemplos.

Odete Toyokawa, 66, sofreu um AVC no ano passado e teve de reaprender a fazer atividades diárias.

Usando um andador, perdeu o medo de voltar a cozinhar e está se preparando para ter mais autonomia.

“É difícil, voltei a ser criança, mas, aos poucos, estou me virando bem”, afirma Odete.

Outra frequentadora do espaço, Lindalra Faria dos Santos, 66, também vítima de um AVC, afirma que coloca em prática tudo o que aprende.

“Faço alongamento, mudei móveis de lugar e sigo as dicas para evitar quedas. Tive de reaprender tudo, de vencer os obstáculos para viver mais e melhor, como quero”, afirma a aposentada.

Para mais informações sobre a casa e sobre outros serviços de atenção aos idosos: www.crinorte.org.br ou (11) 2972-9200.

Antienvelhecimento ou prevenção?

Resolução do Conselho Federal de Medicina anuncia: “a indicação e a divulgação do uso de hormônios e outras substâncias com o objetivo de prevenir ou reverter o envelhecimento passa a ser uma prática vedada a médicos”.

Fonte: Portal do Envelhecimento – 12/11/2013

Finalmente um alerta contra a terapia do antienvelhecimento, agora na mira do Conselho Federal de Medicina (CFM). Para quem ainda tem dúvidas, a matéria de 19/10/2013 do Jornal A Folha de São Paulo, reportagem de Johanna Nublat, esclarece: “A indicação e a divulgação do uso de hormônios e outras substâncias com o objetivo de prevenir ou reverter o envelhecimento passa a ser uma prática vedada a médicos, determina uma resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina), que já havia sido publicada como recomendação em agosto e agora tem força de lei para médicos”.

Então, vocês podem perguntar: Em que situações a reposição hormonal é permitida? O texto afirma que o uso só poderia ser feito “quando houver um déficit comprovado da substância e nos casos de o benefício dessa reposição ser cientificamente provado ou de haver um nexo

causal entre a doença e a falta do hormônio". O que quer dizer que "fica proibido indicar doses extra de hormônios para pacientes que têm níveis normais da substância".

Com isso o CFM adota uma medida clara de entendimento do uso permitido ou não, tanto para o paciente quando para o profissional da área da saúde.

Alerta geral às substâncias

Segundo a matéria do jornal, "o texto também proíbe a prescrição de vitaminas, antioxidantes e dos chamados hormônios bioidênticos (com estrutura igual à do hormônio natural) com o apelo do antienvhecimento". A justificativa dada pelo CFM é a total ausência de evidência científica que respalde essas terapias. Gerson Zafalon, relator da resolução afirma: "Não se pode vender uma ilusão. E uma ilusão que custa caro".

Diríamos que a ilusão custa, muitas vezes, uma vida. O médico que não cumprir a norma fica sujeito a punições que vão da censura reservada à cassação. O CFM ainda prepara nova resolução para regular a prática ortomolecular.

Outra prática também condenada "é a de aumentar o nível hormonal para além do considerado normal para a faixa etária com o objetivo de aumentar a massa muscular", conta Silvia Pereira, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. A médica explica que "a sobrecarga no corpo pelas práticas agora proibidas, pode desencadear problemas como diabetes, hipertensão, distúrbios do sono e câncer".

Paciente: não mais um "super-homem"

Apesar de fazer algumas ressalvas ao texto, o presidente da Sociedade Brasileira para o Estudo do Envelhecimento, Wilmar Jorge Accursio, elogia o fim das promessas de transformar o paciente num "super-homem". Accursio defende a indicação de hormônios só quando há deficiência. E diz que não há nada contra o hormônio "bioidêntico"; o problema, segundo ele, é o discurso de que ele é inofensivo.

Autora do livro "Segredos do Antienvhecimento" (Ed. Livre Expressão, 165 páginas), a médica Luciana Aun afirma que a prática é mal compreendida até por causa do nome. "Não é uma coisa feita para estética, por motivos banais. É para prevenir as doenças da velhice".

Segundo a cirurgiã, é preciso mesmo limitar o uso de hormônios. No entanto, afirma que a resolução do CFM foi feita com base em pareceres dos médicos geriatras, que, para ela, estão atacando algo que "não conhecem bem". "Médicos sérios estão sofrendo com isso".

Pegando esse "gancho" da prevenção, trazemos para reflexão reportagem de Rosana Faria de Freitas de 14/10/2013, matéria da UOL, que pergunta: "Você investe em prevenção e pensa no futuro em relação à sua saúde?".

Prevenção: a chave do enigma?

A endocrinologista Claudia Chang, doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP), explica que existem dois tipos de prevenção:

Primária: seria a intervenção antes que se tenha determinada doença (por exemplo, indivíduos com elevação da glicose no sangue que fazem exercício e se alimentam bem para não desenvolver diabetes); e

Secundária: que ocorre após o diagnóstico (o diabetes já está detectado: então o paciente obedece ao controle adequado para evitar complicações).

A médica afirma que "ambas são essenciais para evitar o mal, ou, no caso de ele já existir, conter sua evolução e minimizar os sintomas".

Tendo como base sua prática médica, a Dra. Chang acredita que as pessoas se preocupam mais com a prevenção, pensando no futuro: "Elas realizam exames de rotina mais cedo e com maior frequência. Tal

comportamento também tem sido observado nas agências regulatórias de saúde, tanto a nível público como privado. Mas é claro que ainda há um longo caminho a percorrer", apesar de saber que ainda há um grande número de indivíduos só procura o médico quando tem algum sintoma.

Cassio Trevizani, ortopedista e médico do esporte, considera que a prevenção permite maior chance de bons resultados no tratamento de doenças crônicas como diabetes, alzheimer e artrose: "Isso sem falar no custo menor: é mais barato prevenir a remediar. As pessoas se antecipam no caso de distúrbios graves como diabetes, hipertensão arterial sistêmica e doenças cancerígenas. Mas se esquecem de que também dá para prevenir artrose, tendinite e outros problemas ortopédicos".

A importância dos exames

Paulo Camiz, geriatra e professor de Clínica Geral do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP alerta: "Vários exames fazem o rastreamento que permitirá indicar o tratamento certo. O serviço de emergência de todos os hospitais, públicos e privados, está sempre lotado – e muitos problemas lá encontrados poderiam ser prevenidos ou resolvidos no consultório. A própria formação médica nesse sentido é deficiente: na faculdade, treina-se muito mais atendimentos de emergência do que ambulatoriais".

A reportagem de Nublát ainda traz um tema preocupante no setor ginecológico: "Pesquisa feita no início deste ano, e publicada na revista da Associação Médica Americana, mostrou que a incidência de câncer de mama avançado em mulheres de 25 a 39 anos – mais jovens, portanto – aumentou nos últimos 30 anos nos Estados Unidos".

O ginecologista Augusto Bussab, especializado em reprodução humana ressalta: "Na minha área, prevenir significa tratar e curar um câncer diagnosticado precocemente. Ou detectar uma infecção que, se não cuidada, levaria a problemas mais sérios, como infertilidade ou mesmo câncer".

A palavra final

A Dra. Chang finaliza alertando os leitores para a importância em se fazer exames de rotina, como os ginecológicos para as mulheres e os de acompanhamento urológico para os homens acima de 45 anos – ou antes, caso apresentem fatores de risco: "Também é fundamental fazer acompanhamento regular com um médico, pois tudo – investigação clínica, pedido de exames, tratamentos – partirá daí", afirma a médica.

Referências

FREITAS, R.F. (2013). Você se cuida o suficiente para ter uma velhice saudável? Descubra. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/10/14/prevencao-afasta-doencas-e-garante-velhice-tranquila-dizem-especialistas.htm>.

NUBLAT, J. (2013). Práticas do antienvhecimento são vetadas pelo Conselho Federal de Medicina. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/1171552-praticas-do-antienvhecimento-sao-vetadas-pelo-conselho-federal-de-medicina.shtml>.

Maioria dos idosos não sabe que possui diabetes

De acordo com o Dr. Mauro Scharf, terceira idade é acometida pelo tipo 2 da doença, responsável por 90% de todos os casos registrados.

Fonte: Laboratório Lavoisier – 12/11/2013

O diabetes está aumentando entre a população da terceira idade. Seis em cada dez diabéticos idosos não sabem que têm a doença. O crescimento do diabetes no envelhecimento se deve principalmente à obesidade, à falta de atividade física, à maior ingestão de carboidratos

(massas, pães e batatas, por exemplo) e ao uso de remédios como corticóides. Este é o alerta do Lavoisier Medicina Diagnóstica para o dia 14 de novembro, Dia Mundial de Combate ao Diabetes.

O Diabetes Mellitus é uma doença crônica caracterizada por uma elevada taxa de glicose (açúcar) no sangue e por uma falta parcial ou total de insulina ou, ainda, pela resistência à sua ação. “É uma doença bastante frequente na população idosa e pouco diagnosticada e tratada nesta idade. A grande maioria dos diabéticos tem mais de 45 anos e no Brasil existem mais de 5 milhões de diabéticos diagnosticados”, afirma o Dr. Mauro Scharf, endocrinologista do Lavoisier.

De acordo com o médico, normalmente os idosos são acometidos pelo tipo 2, responsável por 90% de todos os casos registrados da doença. O organismo pode produzir alguma quantidade de insulina, mas ela não consegue agir adequadamente para exercer a transformação da glicose em energia, geralmente devido ao aumento da resistência periférica à ação do hormônio.

O tratamento do diabetes na terceira idade em geral é feito com dieta controlada em carboidratos, atividade física, uso de medicamentos que diminuam os níveis de glicose no sangue e, por muitas vezes, uso da insulina. Alguns pacientes apresentam dificuldade em mudar velhos hábitos alimentares, mas o controle da obesidade é fundamental para o tratamento. Já os idosos que estão desnutridos devem suprimir os açúcares de absorção rápida e manter os amidos associados a fibras, frutas, proteínas, legumes e verduras. Também devem fazer, no mínimo, quatro refeições por dia.

Os sintomas mais comuns do diabetes são muita sede, frequente vontade de urinar, muita fome, cansaço, turvação da visão e emagrecimento. Em alguns casos, no entanto, a doença pode ser assintomática e retardar o diagnóstico e o tratamento. Para o médico determinar que o paciente está diabético é necessário realizar uma avaliação do paciente com base no histórico familiar e de vida, além de um exame físico e testes específicos, como um exame de dosagem da glicose no sangue.

“Mas é importante ressaltar que os pacientes devem sempre seguir as prescrições médicas. As complicações crônicas também devem ser alvo de cuidados e, entre as mais frequentes, estão as complicações renais, oculares, vasculares e neurológicas”, comenta Scharf.

Cohousing seria solução também para moradia de idosos

Os espaços voltados para os seniores já são comuns nos Estados Unidos e Canadá.

Fonte: O Globo – Economia – Morar bem – Karine Tavares – 17/11/2013

RIO - Em países como Estados Unidos e Canadá, onde há *cohousings* em diferentes cidades, um fenômeno mais recente é a criação desse tipo de comunidade para idosos. O conceito é o mesmo, mas nas chamadas *senior cohousings*, a arquitetura dos espaços obedece à questão da acessibilidade e, geralmente, há serviços de cuidadores e profissionais de saúde incluídos nas taxas mensais pagas.

De acordo com os adeptos dessa comunidade, a *cohousing* oferece uma solução para dois dos maiores problemas da chamada Terceira Idade: a solidão e o desejo de permanecer morando em sua casa, com sua privacidade respeitada.

— Tudo o que os idosos não querem é viver em lares. E o principal mal do envelhecimento é justamente a solidão, que traz a precipitação de doenças, de quedas. Nesse sentido, a *cohousing* é, sim, uma boa solução para esse tempo do envelhecimento, que é cada dia mais longo — diz a arquiteta Lilian Lubochinski. — A amizade é algo muito desejado nessa fase porque os laços afetivos estão tradicionalmente ligados ao trabalho e à família. Mas essas pessoas já estão aposentadas, mais afastadas desses amigos e a família nuclear também fica mais afastada

nesse momento.

Pesquisadora da questão da arquitetura para a Terceira Idade desde 1988, foi procurando soluções para a moradia de pessoas idosas que Lilian descobriu o conceito de *cohousing* e ela, que já havia morado num *kibutz* (comunidades onde todos trabalham e todo o ganho é dividido), em Israel, logo se encantou.

Aos 65 anos, morando sozinha num apartamento de três quartos no Sumaré, em São Paulo, Lilian viu na *cohousing* a solução para a própria vida e a de pessoas que, como ela, se preparam para o que chama de tempo do envelhecimento:

— Ao contrário do que se pensa, esse é um momento de muita atividade porque o tempo todo a gente fica pensando que está envelhecendo e que não pode ficar parado. A convivência numa *cohousing* traria uma série de atividades sociais para essas pessoas.

Como o conceito de *cohousing*, a comunidade para os idosos também nasceu na Dinamarca, à medida que as famílias foram percebendo a necessidade de adaptar suas casas para os parentes mais idosos. Em 2009, ele começou a ficar popular também na América do Norte, depois que o arquiteto americano Charles Durrett publicou o livro “*Senior cohousing handbook*”, uma espécie de guia sobre como devem ser as *cohousings* para idosos. E não à toa.

Durrett é um especialista no assunto. Ao lado da mulher, que também é arquiteta, Kathryn McCamant, ele foi o responsável por levar o conceito de *cohousing* para os Estados Unidos entre o fim dos anos 1980 e início dos 1990 e ainda por criar o projeto de muitas das comunidades que existem atualmente naquele país.

— Acho interessante perceber como esse fenômeno, ainda emergente, é sempre iniciado por arquitetos. E, como arquiteta, me fascina a ideia de desenhar um lugar onde as pessoas vão poder coabitar — completa Lilian.

Formação de cuidador de idosos e mercado de trabalho

Você (ou sua empresa) está com dificuldade em contratar cuidador de idosos? Os cursos atuais estão fornecendo profissionais capacitados?

Fonte: Portal do Envelhecimento – Vera Brandão(*) – 21/11/2013

Este foi o convite feito pelo OLHE – Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento - para o *workshop* realizado em São Paulo, em 4 de novembro de 2013, com objetivo de reunir formadores de cuidadores de idosos e os representantes das empresas que fazem a mediação entre o profissional que busca colocação e a família que necessita de cuidador.

Atualmente o tema do cuidar de idosos está em evidência em um panorama do crescente envelhecimento e longevidade da população, aliado às mudanças na estrutura familiar. A “grande família” onde os cuidados eram solidários do nascimento à morte é um modelo em vias de desaparecimento. Então, quem é o cuidador de idosos, com maior ou menor independência, hoje?

Algumas famílias conseguem, não sem muitas dificuldades, cuidar adequadamente dos seus membros mais velhos, mas outras não. Inúmeros são os motivos, que não nos cabe aqui analisar. O que temos de fato é a crescente demanda por cuidadores de idosos, em grande parte, despreparados e não reconhecidos com profissionais. Ainda são vistos na categoria ampla de empregados domésticos, surgindo daí uma “falsa” identidade, mistura de papéis e desinformação, tanto por parte destes como das famílias contratantes.

Surgem, respondendo a esta realidade, os cursos de formação de cuidadores de idosos, e cresce o número de empresas que agenciam estes trabalhadores. No entanto, a lei ainda não é clara quanto à

regulamentação da profissão e, conseqüentemente, dos mínimos necessários para definição de parâmetros para formação.

A criação da profissão de cuidador de idosos (Projeto de Lei nº 4702/12) ainda está tramitando na Câmara dos Deputados. A profissão já foi aprovada no Senado no ano passado e agora passa pelas comissões da Câmara dos Deputados. A Deputada Benedita da Silva (PT/RJ) é a relatora do PL na Comissão de Seguridade Social, e no mês de outubro foi realizada uma Audiência Pública em Brasília. O assunto foi amplamente discutido, e esperamos que o assunto possa caminhar de forma satisfatória para atender as necessidades das pessoas idosas, suas famílias e dos profissionais que já estão trabalhando na função de cuidadores de idosos. O assunto é muito importante, e precisamos acompanhar o processo para a regulamentação.

Mesmo não tendo uma definição legal os cuidadores de idosos são extremamente necessários no panorama do envelhecimento na sociedade atual. A partir desta realidade foi proposto o *workshop*, buscando abrir espaço para que os dois grupos de profissionais: os formadores e os contratantes – possam se unir buscando um cuidar de alta qualidade.

Com vagas limitadas, e totalmente preenchidas, o *workshop* foi mediado por profissionais do OLHE, e organizado com diferentes dinâmicas que proporcionaram aos participantes: momentos de reflexão, debate e forte interação, nos quais foram discutidos aspectos referentes aos cursos de formação de cuidadores entre os quais: carga horária, conteúdo programático e aprofundamento; nível de escolaridade mínimo, etc.; enquanto os empregadores trouxeram questões como: nível de formação dos cuidadores, apresentação, experiências e habilidades, além dos requisitos fundamentais de comprometimento, flexibilidade e iniciativa. O desafio maior: aliar as necessidades do idoso, as expectativas das famílias e selecionar o profissional com melhor perfil para este cuidar de acompanhamento ou intensivo.

Foram 4 horas intensas! Avançamos! Mas, muitas questões permanecem em aberto e pedem novos encontros reflexivos. Sabemos que uma lei que regulamente a profissão e o nível de formação exigido trará os parâmetros definitivos para formação e contratação destes tão necessários profissionais.

As avaliações positivas dos participantes do Workshop, as reflexões e questões por eles formuladas nos incentivam a propor novos encontros no ano de 2014, esperando que sejam discussões embasadas na lei tão aguardada por todos!

(*)Vera Maria A.T. Brandão – Pedagoga com Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia. PUC/SP. Pesquisadora CNPq do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia PUC/SP – Docente Cogear – PUC/SP. Idealizadora e docente da Oficina de Formação Memória Autobiográfica – Teoria e Prática. Associada do OLHE e membro da Equipe Portal. E-mail: veratordinobrandao@hotmail.com

Idosos que se exercitam têm sete vezes mais chance de envelhecer em forma

Estudo apoia as políticas de saúde pública tendentes a estimular os idosos a realizar atividade física, mesmo em idade avançada.

Fonte: SIS Saúde – 26/11/2013

A atividade física regular pode triplicar as chances de se envelhecer bem e em forma, de acordo com estudo divulgado nesta terça-feira (26).

Depois de oito anos acompanhando um universo de 3.500 pessoas de 64 anos em média, cientistas britânicos mostraram que aqueles que tiveram uma atividade física regular moderada, ou vigorosa, têm sete vezes mais chances do que as pessoas sedentárias de envelhecer em forma.

Essas possibilidades continuam a se triplicar entre os 10% de ex-sedentários que retomaram os exercícios entre 2002 e 2010, de acordo com o estudo publicado no *British Journal of Sports Medicine*, editado pelo mesmo grupo do *British Medical Journal* (BMJ).

Ao término do intervalo estudado, uma em cada cinco pessoas era considerada “bem de saúde, enquanto quatro em cada dez desenvolveram uma patologia crônica, uma em cada cinco sofria de depressão, ou déficit cognitivo e um terço de uma incapacidade pelo menos parcial”.

Os cientistas dirigidos pelo doutor Mark Hamer, epidemiologista da *University College* de Londres, levaram em conta outros fatores principais suscetíveis de influenciar o envelhecimento, como o cigarro, o álcool, o estado civil, ou os recursos financeiros.

Embora não haja consenso sobre o tema, avaliou-se que o “envelhecimento em forma” pode ser definido como a ausência de doença crônica, de déficit cognitivo “importante”, ou de “limitação importante” das capacidades físicas, assim como gozar de boa saúde mental.

“Esse estudo”, concluem, “apoia as políticas de saúde pública tendentes a estimular os idosos a realizar uma atividade física, mesmo em uma idade avançada”.

Estudos indicam otimismo na cura do Alzheimer

Aqueles que acompanham as pesquisas realizadas por diversos grupos de especialistas na área, oriundos de universidades e hospitais conceituados no mundo todo, com patrocínio de indústrias farmacêuticas, brindam as iniciativas e os resultados promissores. Estamos próximos de uma provável cura. Existe esperança.

Fonte: Portal do Envelhecimento – 27/11/2013

Dentre os últimos estudos indicando uma possível cura da Doença de Alzheimer, apresentamos inicialmente a pesquisa realizada no Brasil pelo A.C. Camargo Cancer Center e publicada no periódico *Journal of Neuroscience*: “uma substância mostrou, em testes *in vitro*, que é capaz de bloquear uma interação entre moléculas que leva à doença de Alzheimer”.

Aqueles que acompanham as pesquisas realizadas por diversos grupos de especialistas na área, oriundos de universidades e hospitais conceituados no mundo todo - com patrocínio de indústrias farmacêuticas - brindam as iniciativas e os resultados promissores. Estamos próximos de uma provável cura, assinala reportagem do jornal “Folha de São Paulo”, de 19/10/2013, que divulgou o achado.

Substância protetora

Estudos anteriores (incluindo trabalhos desse mesmo grupo) já haviam demonstrado que a proteína prion, que ocorre naturalmente no cérebro, mas é mais conhecida como a causadora de doenças como a da vaca louca e de Creutzfeldt-Jakob, também tem funções benéficas.

Um desses benefícios ocorre quando a prion se une à proteína ST11: a parceria leva à proteção de neurônios contra agressões. A questão é que a proteína prion também “gosta” de fazer ligações tóxicas, como a que acontece com oligômeros beta-amiloides e que leva à Doença de Alzheimer.

O que os pesquisadores fizeram agora foi usar a proteína ST11 para se ligar à prion e impedir sua união com a beta-amiloide: “Mostramos em diferentes modelos bioquímicos e celulares que somos capazes de bloquear a interação da prion com a beta-amiloide e que a união da prion com a ST11 reverte a toxicidade no neurônio”, afirma Vilma Martins, diretora de pesquisa do A.C. Camargo Cancer Center.

O próximo passo é testar a proteína ST11 em animais. Ainda é cedo para pensar no uso da substância em humanos, mas Martins diz acreditar que, se os testes em laboratório derem certo, a molécula poderia servir de molde para uma droga no futuro.

Pesquisa da Universidade de Leicester, na Grã-Bretanha

Outro estudo anunciado pelo site da BBC Brasil em 10/10/2013 e publicado no periódico Science Translational Medicine, pertence à Universidade de Leicester, na Grã-Bretanha. Nele está “a descoberta da primeira substância química capaz de prevenir a morte do tecido cerebral em uma doença que causa degeneração dos neurônios”. A pesquisa foi considerada como “um momento histórico e empolgante para o esforço científico”.

Mas, ainda é necessário maior investigação para desenvolver uma droga que possa ser usada por doentes. Cientistas envolvidos no projeto dizem que “um medicamento feito a partir da substância poderia tratar doenças como Alzheimer, Doença de Parkinson, de Huntington, entre outras”.

Em testes feitos com camundongos, a pesquisa mostrou que a substância pode prevenir a morte das células cerebrais causada por doenças priônicas, que podem atingir o sistema nervoso tanto de humanos como de animais.

A equipe do Conselho de Pesquisa Médica da Unidade de Toxicologia da universidade focou nos mecanismos naturais de defesa formados em células cerebrais.

Entendendo o estudo

Quando um vírus atinge uma célula do cérebro o resultado é um acúmulo de proteínas virais. As células reagem fechando toda a produção de proteínas, a fim de deter a disseminação do vírus.

No entanto, muitas doenças neurodegenerativas implicam na produção de proteínas defeituosas ou “deformadas”. Estas ativam as mesmas defesas, mas com consequências mais graves.

As proteínas deformadas permanecem por um longo tempo, resultando no desligamento total da produção de proteína pelas células do cérebro, levando a morte destas.

Este processo, que acontece repetidamente em neurônios por todo o cérebro, pode destruir o movimento ou a memória, ou até mesmo matar, dependendo da doença.

Um começo, mas com otimismo

Acredita-se que este processo aconteça em muitas formas de neurodegeneração, por isso, interferir neste processo de modo seguro pode resultar no tratamento de muitas doenças.

Os pesquisadores usaram um composto que impediu os mecanismos de defesa de se manifestarem, e por sua vez interrompeu o processo de degeneração dos neurônios.

O estudo, divulgado na publicação científica Science Translational Medicine, mostrou que camundongos com doença de príon desenvolveram problemas graves de memória e de movimento. Eles morreram em um período de 12 semanas.

No entanto, aqueles que receberam o composto não mostraram qualquer sinal de tecido cerebral sendo destruído.

A coordenadora da pesquisa, Giovanna Mallucci, disse à BBC: “O que é realmente animador é que pela primeira vez um composto impediu completamente a degeneração dos neurônios. Este não é o composto que você usaria em pessoas, mas isso significa que podemos fazê-lo, e já é um começo.”

A pesquisadora ainda acrescentou que o composto oferece um “novo caminho que pode muito bem resultar em drogas de proteção” e

o próximo passo seria empresas farmacêuticas desenvolverem um medicamento para uso em seres humanos.

Referências

BBC BRASIL (2013). Nova descoberta pode levar a cura de Alzheimer. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131010_descoberta_alzheimer_an.shtml.

FOLHA DE SÃO PAULO (S/D). Estudo acha substância protetora contra alzheimer. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2013/10/1359130-estudo-acha-substancia-protetora-contralzheimer.shtml>.

//DOCTRINA

Envelhecer e morrer com dignidade

Esta senhora era apenas uma entre centenas de pessoas institucionalizadas nas IPSS de acolhimento para idosos. Sendo que algumas estão acamadas devido a doenças degenerativas ou demências, sem saírem dos quartos, todo o dia deitadas a contemplarem o dia a desaparecer, vagarosamente, e solitárias na sua dor.

Artigo de Sônia Carvalho (psicóloga, responsável pela Oficina Estimulação Cognitiva do Projeto Animação de Idosos, criado em Julho de 2012 - e-mail: sonia@scmm.pt)

Para ter acesso ao artigo na íntegra basta clicar [aqui](#).

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

19/11/2013

Plano de saúde é condenado a custear tratamento oftalmológico de idosa

De acordo com a idosa, ela tem contrato de plano de saúde há mais de 10 anos e que, agora, o plano lhe negou autorização para tratamento.

O Juiz de Direito da 19ª Vara Cível de Brasília condenou a Geap Fundação de Seguridade Social a autorizar e custear tratamento médico de idosa portadora de doença oftalmológica e ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R\$ 5 mil.

De acordo com a idosa, ela tem contrato de plano de saúde com a Geap há mais de 10 anos e que, agora, o plano lhe negou autorização para tratamento de edema macular cistóide, sob argumento de que não está no rol obrigatório da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Segundo a Geap, o tratamento indicado não encontra previsão na cobertura obrigatória da ANS, pois é considerado de natureza experimental. Alegou a inobservância do art. 422 do Código Civil, por parte da demandante, que diz que os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. E rebateu o pedido de condenação em

danos morais, concluindo pela total improcedência da demanda.

De acordo com a decisão, havendo indicação médica quanto à essencialidade do tratamento, não se pode limitar a obrigação contratual às resoluções da ANS. Atente-se, ainda, para o fato de que a exclusão da cobertura imposta pela ré ofende a regra do Estatuto Protetivo, que presume exagerada a vantagem do fornecedor que restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou o equilíbrio contratual. Portanto, sendo injustificada a negativa da prestadora de serviço, merece acolhida o pedido deduzido na peça. Por derradeiro, o dano de ordem moral também restou caracterizado, na medida em que a recorrente negativa à cobertura do tratamento agravou o contexto de aflição psicológica e de angústia vivida pela segurada, consumidora hipervulnerável em razão da idade, além de prolongar o próprio sofrimento físico da paciente.

Processo nº 2012.01.1.086534-0

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

14/11/2013

Servidor público é condenado por improbidade após reter dinheiro de idoso

A juíza condenou o acusado à perda da função pública após ele ter se apropriado indevidamente de valores pertencente a idoso que recebia atendimento nas Promotorias de Justiça de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência e Idosos.

A juíza Flávia Sousa Dantas Pinto, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Natal, considerou que um servidor público praticou ato de improbidade administrativa e o condenou a perda da função pública após ele, na condição de servidor público lotado na Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e cedido ao Ministério Público Estadual, ter se apropriado indevidamente de valores pertencente a idoso que recebia atendimento nas Promotorias de Justiça de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência e Idosos.

O réu foi condenado ainda à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, no valor de R\$ 2.400,00, acrescidos de juros e atualização monetária. Também deverá pagar multa civil no valor de R\$ 2.400,00; e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

O MP noticiou que o réu, em dezembro de 2004, solicitou e recebeu dos familiares de um idoso a quantia de R\$ 7.200,00, o que fez alegando que, na referida Promotoria de Justiça, existia um cofre específico para guarda de dinheiro pertencente a idosos e que isso serviria para o controle e administração dos gastos efetuados pela família.

Porém, salientou que, em que pese ter sido resgatada uma parte de tal valor por parte dos familiares do idoso, o servidor público se apropriou de um saldo remanescente, gerando, com sua conduta, enriquecimento ilícito próprio.

Vantagem

Para a juíza, apesar dos fatos relacionados a uma ação penal a qual também responde o réu não constituírem objeto da ação civil pública

que corre na 2ª Vara da Fazenda Pública de Natal, eles se prestam para comprovar que ele agia usurpando a sua função pública e o fez mais de uma vez, tudo com o objetivo claro de obter vantagem econômica ilícita.

De acordo com a magistrada, a conduta do réu adveio unicamente da sua iniciativa ardilosa e clandestina, que atuou com o intuito deliberado de auferir vantagem econômica indevida, valendo-se de sua função pública, principalmente por não se tratar a retenção e administração de valores de idosos de prática institucional do Ministério Público que convalidasse sua conduta.

“Interessante ressaltar que tal tipo de comportamento somente fora adotado pelo Réu no período de férias da Promotora a qual estava subordinado, assim como que em momento algum o Demandado teve o cuidado de emitir recibos que o resguardassem de acusações sobre a malversação das quantias sob sua custódia”, observou.

Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0016657-36.2010.8.20.0001

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

25/11/2013

Idosa cega após uso de colírio recebe R\$ 50 mil por danos morais

Após cirurgia de catarata vítima começou a sentir fortes dores no olho esquerdo onde foi submetida à nova operação para tratar infecção que ocasionou a perda total da visão.

A 5ª Câmara de Direito Civil confirmou sentença da Justiça de primeiro grau que condenou empresa fabricante de colírio a pagar R\$ 50 mil, por danos morais, a uma mulher que perdeu a visão após a utilização do produto.

Em 2003, após cirurgia de catarata, a vítima começou a sentir fortes dores no olho esquerdo. Foi orientada a fazer uso de um colírio que já havia sido utilizado durante a cirurgia; após frequentes visitas ao médico, foi submetida à nova operação para tratar de infecção naquele olho, que ocasionou a perda total da visão.

Nesse mesmo ano, o colírio utilizado pela autora havia sido recolhido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por estar contaminado com bactéria. Outros consumidores também tiveram sequelas na visão pela utilização do mesmo produto.

Apesar de a apelante dizer que a Anvisa havia se equivocado e retificado a informação, não conseguiu provar a ausência de sua responsabilidade quanto à cegueira da autora, bem como a inexistência do nexo de causalidade. Sustentou, também, não ser a fabricante do colírio, o que foi refutado com documentos trazidos aos autos pela paciente.

Para o desembargador Jairo Fernandes Gonçalves, relator do recurso, o uso do produto contaminado causou sérias consequências na vida da vítima, pessoa idosa. *“A fabricante, por outro lado, ainda que demonstre dificuldades financeiras, apresentou conduta com alto grau de reprovabilidade, porquanto agiu com desrespeito ao consumidor e colocou no mercado produto com defeito, que provocou danos irreversíveis.”* A decisão foi unânime.

Apelação Cível nº 2013.069406-5

Isenção de IPTU para idosos e deficientes é aprovada em Limeira

Foi sancionada pelo prefeito Paulo Hadich (PSB) a proposta que altera a Lei nº 2684/1993 e isenta alguns contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em Limeira.

Fonte: Portal Inclusão – 01/11/2013

Agora, estão isentos do imposto, os limeirenses assistidos pelo Amparo Assistencial ao Idoso ou Deficiente (Loas). A norma atualiza também a redação da lei de 1993, aprovada há mais de 20 anos, principalmente em relação às doenças que surgiram nos últimos anos. “Dessa forma, a gente garante um direito constitucional de isenção do IPTU aos deficientes e pessoas com doenças crônicas graves, além de parte dos idosos”, diz o vereador Miguel Lombardi (PR), autor da lei.

Colaboraram na elaboração da redação da lei os vereadores Luís Fernando Silveira (Luisinho da Casa Kühn - PSDB) e Dra. Mayra Costa (PPS).

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“Só existe um tipo de deficiência: a atitude negativa”.

Frase extraída do vídeo motivacional “A vida que você escolheu”, sobre pessoas com deficiência, postado no [Youtube](#). Para assisti-lo, basta clicar [aqui](#).

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Fundação produz audiodescrição de filmes em portal

O portal “Filmes que voam” disponibiliza filmes com os recursos de audiodescrição e Libras.

Fonte: Fundação Dorina Nowill para Cegos – 01/11/2013

Um *site* em que você pode assistir ou baixar filmes gratuitamente e, o melhor, com o recurso de audiodescrição ou Libras está fazendo o maior sucesso! Este é o portal Filmes que voam, um espaço para cinema gratuito na *web*, com ênfase no público infantil, deficientes visuais e auditivos e na exibição de filmes escolares.

Os filmes exibidos no canal “Muito Especial” do *site* incluem a audiodescrição produzida pela Fundação Dorina.

O projeto, patrocinado pela Fundação Telefônica/Vivo, visa disseminar o acesso ao cinema e à educação via *internet*, por meio de um modelo ético de negócios: todo o acervo pode ser visto e baixado gratuitamente, e os realizadores das obras são remunerados pelo direito de exibição.

A página <http://filmesquevoam.com.br/especial.php> foi desenvolvida exclusivamente para a navegação de pessoas com deficiência visual.

Mais informações pelo e-mail contato@filmesquevoam.com.br ou pelo *site* www.filmesquevoam.com.br.

Pernambuco terá fábrica de *softwares* para pessoas com deficiência

A fábrica irá desenvolver aplicativos e *smartphones* que auxiliarão pessoas com deficiências motoras.

Fonte: Portal Inclusão – 01/11/2013

Pernambuco deu mais passo em direção a um futuro melhor com a ajuda da tecnologia. O Estado terá uma fábrica de *softwares* para desenvolver programas e aplicativos para *smartphones* para auxiliar na reabilitação de pessoas com deficiências motoras. A iniciativa, anunciada pelo governador Eduardo Campos, no último sábado, durante o programa Teleton, do SBT, em São Paulo, será realizada em parceria com a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), a *Microsoft* e o Porto Digital. Para a edificação da fábrica, o Governo do Estado vai investir R\$ 7 milhões.

“Pernambuco, que foi o primeiro lugar do País a ter uma unidade da AACD depois de São Paulo, seguirá na dianteira com a utilização da capacidade técnica do pessoal do Porto Digital e da *Microsoft* na construção deste grande empreendimento”, disse Campos. O governador enfatizou a relevância de unir esforços em busca de soluções para as pessoas com deficiência. “Trata-se de um projeto de extrema importância para Pernambuco e para o Brasil. Estamos somando forças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial para criar as condições para melhorar a vida de milhares de pessoas”, disse.

Ainda de acordo com Campos, a unidade fabril será construída em um terreno próximo à sede da AACD do Recife, no bairro de Joana Bezerra. O local será um pólo de produção de jogos e aplicativos interativos que vão ser utilizados em tratamentos de fisioterapia e terapia ocupacional para serem utilizados sob o acompanhamento de profissionais da saúde ligados à AACD. Na próxima semana, o governador Eduardo Campos se reunirá com o presidente do Porto Digital, Francisco Saboya, com o secretário de Ciência e Tecnologia, Marcelino Granja, e com o secretário da Casa Civil, Tadeu Alencar, para definir os encaminhamentos e o plano de trabalho do Porto Digital junto ao projeto.

O prefeito Geraldo Julio aproveitou a ocasião para formalizar a doação definitiva do terreno da AACD para a ONG como forma de garantir a continuidade do trabalho da associação. “Estamos hoje fazendo a doação em definitivo do terreno da Ilha Joana Bezerra à AACD. Este gesto é uma homenagem à história e uma contribuição ao trabalho desta entidade que oferece inclusão social e cidadania para cerca de 20 mil pessoas por mês”, enfatizou Geraldo Julio, ao lado da presidente da AACD, Regina Scripillitti, a quem entregou a escritura do terreno. A área, de 15.404,40 metros quadrados, funciona como sede da instituição desde 14 de maio de 1999, quando foi inaugurada. A construção do espaço foi financiada com recursos do Teleton, em 1998.

Aplicativo une voluntários para descrever imagens para deficientes visuais

O aplicativo, desenvolvido em Cingapura, pode ser baixado em *smartphones* por usuários com deficiência.

Fonte: Portal Inclusão – 01/11/2013

Dentro do conceito de colaboração, um aplicativo desenvolvido em Cingapura quer ajudar deficientes visuais. A ferramenta pode ser baixada por usuários de *smartphones* com deficiência. Quando eles quiserem saber detalhes do objeto ou da paisagem a sua frente, é só tirar uma foto e enviar via aplicativo. A imagem é transmitida para voluntários que fazem uma breve descrição da foto.

O texto é enviado de volta para o usuário, que pode usar um

software que lê o texto em voz alta. De acordo com o *site Springwise*, responsável por encontrar negócios inovadores ao redor do mundo, o aplicativo se chama *MySmartEye* e foi desenvolvido pela empresa de telecomunicações TMN para a associação de deficientes visuais de Cingapura. O *MySmartEye* pode ser baixado sem custos na *App Store* e *Google Play*.

Recentemente dois negócios voltados para pessoas com deficiência visual foram mostrados no Estadão PME. O primeiro é um livro que combina texto regular e braille. A ideia é fazer com que crianças que enxergam possam ler o livro com crianças com deficiência ao invés de ter uma leitura separada.

O outro produto é um relógio. Diferentemente dos relógios que “falam” a hora, o Bradley é feito com rolamentos de esferas metálicas que indicam a hora certa.

Teste do Inmetro não aprova nenhum dos modelos de cadeira de rodas analisados

O Inmetro testou oito marcas de cadeiras de rodas e para a surpresa dos próprios técnicos nenhuma marca analisada foi aprovada.

Fonte: Turismo Adaptado – Ricardo Shimosakai – 01/11/2013

O Relatório Mundial sobre Pessoas com Deficiência (2011) informa que 15% da população possuem algum tipo de deficiência. A deficiência motora, que interfere diretamente na mobilidade das pessoas, atinge cerca 7% da população brasileira, segundo dados do censo-2010 do IBGE. É essencial garantir às pessoas com deficiência de locomoção o direito de ir e vir com autonomia e independência, permitindo assim o fortalecimento social, político e econômico como cidadãos.

Um dos equipamentos mais utilizados para viabilizar o deslocamento de pessoas que apresentam impossibilidade de locomoção (temporária ou definitivamente), utilizando os membros inferiores, é a cadeira de rodas, que é o primeiro passo para a melhoria de qualidade de vida e a inclusão na sociedade. O Inmetro testou oito marcas de cadeiras de rodas e para a surpresa dos próprios técnicos nenhuma marca analisada foi aprovada. Ou seja, além de enfrentar problemas de acessibilidade, os cadeirantes ainda correm o risco de escolher uma cadeira sem segurança.

Nesse contexto, foram analisadas oito marcas de cadeiras de rodas manuais com capacidade entre 75 e 100 kg: Carone, CDS, Freedom, Jaguaribe, Ortobras, Ortometal, Ortomix e Vanzetti.

O Inmetro verificou se as cadeiras estão alinhadas, ou seja, se não puxam para a direita ou para a esquerda, o que dificultaria a utilização. Nesse teste, todas as cadeiras se desviaram do percurso, sendo que uma apresentou um desvio de mais de um metro. Em seguida foi avaliada a resistência do apoio para os pés, para é verificar se o apoio resiste à força normal de uso onde o cadeirante apóia o pé. Ao todo, sete das oito marcas foram reprovadas nesse quesito. A única marca conforme foi a Jaguaribe. Foi também realizado um ensaio para verificar a resistência das bengalas manípulos ao impacto nos aros das cadeiras de rodas para saber se eles se soltam facilmente. Metade das marcas estava não conformes (CDS, Freedom, Ortobras e Ortometal).

No teste da durabilidade, que simula o uso diário de uma cadeira, quase todas as marcas também deixaram a desejar, só a marca Carone estava conforme. O ensaio dos freios identificou que sete das oito marcas de cadeiras de rodas avaliadas apresentaram falhas nos freios. A única conforme foi a Ortobras. Nenhuma das cadeiras de rodas atendeu, na íntegra, aos requisitos normativos, ou seja, estão todas não conformes, significando que o seu uso não é seguro.

O Inmetro ressalta que cenário de 100% de Não Conformidade pode ser considerado preocupante no sentido de que, nem o usuário

(cadeirante, ou aquele que faz uso do produto de forma temporária), tampouco a Administração Pública, quando de procedimentos licitatórios destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), de fato adquirem produtos seguros e que atendam à finalidade a que foram criados. Ou seja, as cadeiras, que deveriam ser a extensão do cadeirante, ou de quem delas faz uso, mostraram-se ineficientes, não oferecendo a segurança que delas se espera, prejudicando assim a autonomia do indivíduo e a sua sociabilidade.

Criança com paralisia cerebral faz tarefas escolares com os pés em MT

Menino de 12 anos mora com a família em Chapada dos Guimarães. Paralisia cerebral foi causada por problemas durante o parto, diz mãe.

Fonte: G1 – 03/11/2013



Gabriel participa de aulas com demais alunos em escola. (Foto: Escola Estadual Professora Ana Tereza Albernaz)

Brincar, ir à escola e ficar com a família. São algumas atividades que fazem parte do cotidiano da maioria dos meninos de 12 anos de idade. Mas para Gabriel dos Santos Rodrigues, que reside em **Chapada dos Guimarães**, a 60 km de Cuiabá, desenvolver essa rotina requer esforço. Portador de paralisia cerebral, o garoto buscou força nos pés, por exemplo, para desempenhar muitas ações, como desenvolver as atividades dentro de sala de aula.

Gabriel não fala e nem consegue se comunicar por meio de gestos, em razão da deficiência gerada durante o parto, entretanto, é capaz de entender as pessoas que conversam com ele. “Ele presta muita atenção nas professoras e, depois, eu vou auxiliando nos exercícios que são feitos no ritmo dele. O Gabriel escreve em uma espécie de quadro que fica no chão com moldes de madeira e imãs. Ele usa os pezinhos para montar as letras. Além disso, possui um computador adaptado e com os pés usa um *mouse* para clicar nas letras que aparecem na tela”, contou ao G1 a monitora que o acompanha diariamente na escola, Aparecida Ferreira dos Santos.

Ela destaca que a criança assiste todas as aulas com os colegas e atua como monitora de Gabriel há três anos. O garoto nasceu no município de Alta Floresta, a 800 km da capital, mora com os pais e tem mais dois irmãos, sendo de 8 e 10 anos de idade. Há quatro anos mudou com a família para Chapada, onde reside em loteamento. Gabriel é estudante do 6º ano do ensino fundamental e se esforça para acompanhar as aulas junto aos colegas de sala, na Escola Estadual Professora Ana Tereza Albernaz, como destaca a professora de

língua portuguesa, Ângela Malta do Carmo Faria. “O Gabriel é super participativo, tem uma ótima socialização com os colegas. É uma pessoa de bem com a vida, uma criança muito dedica e meiga”, avalia.

A dona de casa Maria das Graças, mãe de Gabriel, disse em entrevista que uma vez por mês leva o filho ao Centro de Reabilitação, em Cuiabá, com um carro disponibilizado pela prefeitura do município. No local, o garoto recebe atendimento de uma nutricionista, pedagoga e uma psicóloga que avaliam o seu desenvolvimento. Ela conta que em uma das consultas, Gabriel foi encaminhado para tratamento no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília (DF), onde recebeu uma cadeira de rodas provisória. Na ocasião, também foi concedida uma prescrição médica sobre a necessidade de outra cadeira que fosse adaptada e motorizada.

“Há mais de um ano estou recorrendo à Justiça para pedir uma cadeira para meu filho, porque nós não temos condições de comprar uma adaptada. E até hoje não recebemos resposta”, lamentou a mãe, que acredita que o filho teria mais autonomia para desenvolver as atividades diárias se estivesse com a cadeira motorizada.

Procurado pela dona de casa, o Ministério Público de Chapada dos Guimarães ingressou com uma ação civil pública contra o estado e o município, para que a cadeira de rodas adaptada fosse fornecida ao estudante, com intuito de minimizar as dificuldades causadas pela doença. A Justiça concedeu no mês de janeiro deste ano uma liminar determinando que o estado fornecesse a cadeira motorizada a Gabriel.

No entanto, o estado recorreu contra a decisão, o que impediu que a liminar fosse cumprida. A assessoria da Promotoria de Justiça de Chapada dos Guimarães informou à reportagem que tomará as devidas providências contra o recurso.

Alunos de Itu desenvolvem semáforo para deficientes visuais

O diferencial do semáforo: Um sistema de identificação por radiofrequência avisa a hora certa de passar. O bracelete com um transmissor vibra e orienta o pedestre.

Fonte: Visão Regional – 04/11/2013

Um projeto desenvolvido por estudantes do Senai de Itu (SP) pode facilitar a locomoção de deficientes visuais. O semáforo adaptado oferece mais segurança e independência na hora de atravessar a rua.

Aparentemente é um semáforo comum, mas a diferença é que ele está instalado no corredor de uma escola técnica e tem um papel a mais: a inclusão social. O equipamento desenvolvido por alunos conta com uma tecnologia diferenciada para pedestres que são deficientes visuais. Um sistema de identificação por radiofrequência avisa a hora certa de passar. O bracelete com um transmissor vibra e orienta o pedestre.

Gelson dos Santos nasceu com cegueira total e se formou em sistemas de informações e pedagogia. Atualmente trabalha no Senai de Itu ensinando deficientes visuais e capacitando professores. Ele conta que ajudou no desenvolvimento do projeto. “A vantagem e a diferença deste semáforo para os sonoros que já existem está em que este não faz barulho. Não fica incomodando os moradores ao redor do semáforo. E uma outra qualidade desse semáforo é que ele tem no bracelete um sistema vibratório. Mesmo se tiver barulho, o pedestre vai perceber através da vibração que vai fazer no braço”, explicou.

Depois dos testes em laboratório, o semáforo vai funcionar em uma rua de Itu. Mas para ser instalado definitivamente nas vias, o equipamento precisa ser validado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). “Nossa parte é a criação das ideias, o desenvolvimento da

tecnologia e passamos isso para a indústria. Já existe alguma coisa nesse sentido para compor uma parceria na fabricação desse sistema”, adianta o professor João da Silva.

Instituto do RS disponibiliza e-books gratuitos e voltados a deficientes

Cerca de 7 mil livros digitais em português podem ser lidos de graça. *E-books* também são aposta de escolas para promover contato com leitura.

Fonte: G1 – 04/11/2013

Os *e-books*, livros digitais, cada vez mais têm atraído a atenção dos leitores. A chance de aprender, de ler histórias e de conhecer um mundo novo pode ser compartilhada. Com o avanço tecnológico, os leitores do Rio Grande do Sul já têm mais de 25 mil *e-books* em português à disposição. Desses, cerca de 7 mil títulos podem ser lidos de graça.

O Instituto Estadual do Livro no RS é uma das instituições que já disponibiliza os livros digitais gratuitamente. Também são oferecidas obras para deficientes visuais e auditivos. “Na verdade é uma maravilha para todo mundo. A letra pode ficar maior e as pessoas podem preferir ler e não ouvir”, explica Laís Chaffe, diretora da entidade.

Para o empresário Eduardo Melo, os *e-readers*, ou seja, os equipamentos exclusivos para a leitura, não caíram no gosto do brasileiro, mas o iPad, por exemplo, todo mundo conhece. Com a entrada dos *tablets*, vários autores começaram a ter as obras digitalizadas ou publicar direto na internet. “Todas as livrarias grandes que comercializam *e-books* em português oferecem opções gratuitas. São coleções de editoras, livros de autores oferecidos gratuitamente”, explica Melo.

Para incentivar o gosto pela leitura, uma escola promove desde cedo o contato dos alunos com os *tablets*. “Assim eles se tornam leitores e também desbravadores de novos conhecimentos, leitores do mundo digital”, conta Ana Margarida Chiavaro, coordenadora pedagógica da educação infantil. Já para os alunos maiores, há outra maneira de incentivo.

Além de poderem ler, os estudantes também produzem os *e-books*. “Se a gente acredita que a escola é uma experiência para a vida, então isso também faz parte da experiência. O aluno vai experimentar coisas agora, para que no futuro ele também seja um leitor de *e-books* e de outras plataformas”, conclui Adriana Gandin, especialistas em tecnologia da educação.

Cartilha mostra esporte como ferramenta para desenvolvimento de pessoas com deficiência

Artigo do blog “Vencer sem Limites”, do Estadão.

Fonte: Blogs Estadão – 04/11/2013

Uma cartilha de 23 páginas criada pela Associação Desportiva para Deficientes (ADD) orienta pais e instituições sobre o uso do esporte para o desenvolvimento de pessoas com deficiência.

O projeto batizado de ADD Escola de Esporte Adaptado, patrocinado pela Petrobrás, é gratuito e está disponível para *download*. Clique [aqui](#).

Faz parte da publicação um almanaque dos paradesportos promovidos no projeto, além de explicações sobre os benefícios de cada modalidade e sua indicação de acordo com a deficiência.

Há ainda uma lista com as últimas conquistas do Brasil na Paralimpíadas de Londres (2012).

US Airways é multada em US\$ 1,2 mi por infrações na assistência a deficientes

A multa posta pelo Departamento de Transportes dos Estados Unidos, com base nas reclamações de aproximadamente 300 passageiros, se deu devido à falta de assistência nos aeroportos de Filadélfia e Charlotte, na Carolina do Norte.

Fonte: Notícias Bol – 05/11/2013

A US Airways foi multada em US\$ 1,2 milhão pelo Departamento de Transportes dos Estados Unidos nesta segunda-feira (4) por não fornecer assistência adequada de cadeiras de rodas a passageiros nos aeroportos de Filadélfia e Charlotte, na Carolina do Norte.

A agência, em comunicado, disse que a multa era uma das maiores já dadas em um caso de deficiência.

O departamento disse que encontrou infrações em relação aos requerimentos de assistência com cadeiras de rodas em 2011 e 2012 nos dois aeroportos. A instituição estudou reclamações de cerca de 300 passageiros.

A US Airways, que pretende se fundir com a American Airlines e formar a maior aérea do mundo, disse que promoveu melhorias na sua assistência a deficientes desde as reclamações citadas pelo departamento.

“Estamos investindo US\$ 2 milhões ao ano em contínuas melhorias de nossa tecnologia, pessoal e treinamento”, informou a empresa em comunicado.

MPF/SE disponibiliza orelhão adaptado para pessoas com deficiência auditiva

O aparelho está à disposição da população de Aracaju - SE, de segunda à sexta-feira, das 9 às 18 horas, no prédio sede do MPF/SE, localizado na avenida Beira Mar, nº 1064, bairro 13 de julho.

Fonte: Portal Inclusão – 05/11/2013

As pessoas com deficiência auditiva ou com dificuldades de fala que necessitem realizar ligações telefônicas têm agora à disposição um telefone público adaptado no Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE). O aparelho, que também é conhecido como TDD, realiza e recebe ligações de pessoas com a deficiência e funciona em conjunto com um telefone público.

Através do TDD, as pessoas com deficiência auditiva e da fala podem se comunicar com outras pessoas com deficiência ou com ouvintes. No caso dos ouvintes, é necessário utilizar a Central de Intermediação de Comunicação Telefônica – CIC, pelo número 142. O atendente do CIC verbaliza as mensagens digitadas e digita as mensagens faladas para que a comunicação seja eficiente. Entre dois aparelhos adaptados, a comunicação é feita de forma direta entre os números.

Segundo o procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Ramiro Rockenbach “Esta é mais uma medida do MPF/SE em respeito a essas pessoas que tanto contribuem para um país melhor e mais humano”.

Alunos da Unopar criam bebedouro adaptado para deficientes visuais

Fonte: Portal Inclusão – 06/11/2013



Josiel Machado Bomfim, Paulo Henrique Ranutti, André Sergio da Silva e Éder Goularte Ferreira tinham uma proposta de trabalho para calcular o volume de um objeto ou o centro de gravidade de alguma peça através de integrais, uma disciplina do segundo semestre do curso.

Josiel conta que foi dormir uma noite pensando nisso e acordou com sede. Sozinho na cozinha, no escuro, em vez de acender a luz, ele começou a pensar como uma pessoa cega faria para beber água. Mesmo que ela achasse o bebedouro pelo tato, como saberia quando o copo estivesse cheio? A curiosidade foi o início de uma pesquisa que durou dois meses.

“Nosso maior desafio foi encontrar um sensor capaz de identificar o copo e também transcrever o programa para a baixa linguagem usada no computador”, conta Josiel.

Além de um bebedouro perfeitamente adaptado, que emite um sinal sonoro assim que o copo fica cheio, os alunos também criaram e desenvolveram um símbolo específico para “bebedouro” em piso tátil, que pode ser facilmente percebido por um deficiente visual.

Na prática, eles tiveram a ajuda de Luiz Carlos de Oliveira, tio de um dos alunos. “Ele não enxerga e nos ajudou fazendo teste para garantir a eficiência do bebedouro e também do piso tátil”, explica Josiel. Finalmente, os resultados foram aprovados. “Todos os nossos professores foram muito positivos, especialmente a professora Jenais Cazzera, que além de nos incentivar, doou uma calculadora HP 50G para que fizéssemos uma rifa a fim de conseguir dinheiro para patentear o nosso trabalho”, agradece Josiel.

Funciona assim: seguindo o piso tátil, o deficiente visual chega ao bebedouro. Pelo tato ele localiza o copo, coloca embaixo da torneira e aperta o botão para encher. Depois é só aguardar um sinal sonoro que indica que o copo está cheio. “Caso a pessoa se distraia e esqueça o copo ali, o bebedouro emite uma série de apitos para lembrar que o copo já está cheio”, acrescentam.

O que eles querem agora é divulgar a ideia e ver o bebedouro instalado em locais públicos: bancos, rodoviária, teatros, estabelecimentos de ensino. De acordo com os alunos, o custo de cada bebedouro adaptado é de R\$ 600 reais, incluindo o preço de um purificador novo de água. Eles também acreditam que o símbolo criado por eles para o piso tátil será incorporado às calçadas: “Sem essa sinalização é pouco provável que o deficiente encontre o bebedouro”, indicam.

Mais do que vencer o desafio dado pelo professor, os alunos ficaram empolgados com a percepção de criar uma coisa que pode tornar mais fácil a vida de outras pessoas: "Foi extremamente gratificante e empolgante perceber que podemos fazer grande diferença na vida de gente como o senhor Luiz Carlos, que ficou feliz de participar do projeto conosco", concluem.

Autismo é ligado a problemas de linguagem em outros membros da família

Próximo passo da pesquisa é sequenciar todo o genoma dos participantes do estudo, buscando genes ou mutações comuns.

Fonte: SIS Saúde – 07/11/2013

Pesquisa realizada na Universidade de *Rutgers* (EUA) identificou evidências de ligações genéticas entre o autismo em crianças e problemas de linguagem em outros membros da família.

O levantamento analisou 79 famílias com uma criança com autismo e pelo menos uma criança com um distúrbio de linguagem. Pais, filhos, avós e até mesmo tios e tias, em alguns casos, foram submetidos à análise genética e a uma série de testes para avaliar o uso da gramática, vocabulário e habilidades de processamento de linguagem.

O estudo descobriu que os genes de dois cromossomos (15q23-26 e 16p12) responsáveis por problemas de linguagem oral e escrita podem resultar em características comportamentais semelhantes, levando, por exemplo, um membro da família a desenvolver o autismo e o outro a ter apenas dificuldades de linguagem.

Cerca de metade das crianças com autismo têm algum grau de comprometimento da linguagem. Os pesquisadores descobriram também uma forte evidência de ligação genética nas áreas do transtorno obsessivo-compulsivo, comportamentos repetitivos e capacidades de interações sociais, que são outros sintomas associados com o autismo.

"Nós buscamos fatores genéticos que possam conectar este grupo de famílias. Esta pesquisa é importante porque é difícil de entender o autismo até encontrar os genes que podem estar envolvidos", afirmou a líder do estudo, Linda Brzustowicz, presidente do departamento de genética da Universidade de *Rutgers*.

O próximo passo da pesquisa é sequenciar todo o genoma dos participantes do estudo, buscando genes ou mutações comuns. "Nós estamos procurando evidências de semelhanças genéticas com a esperança de identificar alvos que possam responder aos tratamentos," completou Brzustowicz.

Aeroporto ganha plataforma para embarque de deficientes

O *ambulift* é uma plataforma adaptada que facilita o embarque e desembarque dos deficientes físicos.

Fonte: Folha da Região – Sergio Guzzi – 07/11/2013

Acompanhado da secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, entregou no dia 01/11 à administração do aeroporto Dario Guarita, de Araçatuba, uma *ambulift*. É uma plataforma adaptada para facilitar o acesso de deficientes físicos às aeronaves que pousam e decolam no município. O equipamento, já disponibilizado para a maioria dos aeroportos administrados pelo Daesp (Departamento Aeroviário de São Paulo), custou ao governo estadual R\$ 214,2 mil.

A *ambulift* é um veículo adaptado, com plataforma elevatória que

transporta o passageiro com deficiência até a aeronave. O mesmo dispositivo também faz a remoção de pessoas com dificuldade de locomoção dos aviões. "É um equipamento que dá segurança e conforto aos cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, que não terão mais o sentimento de serem carregadas para dentro ou fora das aeronaves. É um equipamento que traz respeito às pessoas", disse a secretária em seu discurso. Dois usuários de cadeiras de rodas simularam, na companhia de Alckmin, a utilização do novo equipamento.

Neurocientista inventa óculos que ajudam deficientes visuais a enxergar

A invenção do pesquisador Stephen Hicks ganhou o Prêmio Brian Mercer *Royal Society* de Inovação.

Fonte: Jornal GGN – Luiz Genro – 07/11/2013

Segundo os cientistas, a maioria dos cegos enxerga mais do que o famoso "fundo preto": 54% das pessoas com deficiência visual ainda possuem a chamada "visão residual", ou seja, ainda enxergam algo de luz e movimento. Pesquisadores da Universidade de Oxford, na Inglaterra, pretendem usar óculos adaptados para melhorar a percepção de quem tem visão muito reduzida e diminuir sua dependência de bengalas, cães-guias e outros auxílios externos.

Os óculos incluem uma câmera e um projetor infravermelho, que consegue medir a distância que o usuário se encontra de objetos próximos, um giroscópio, bússola, GPS e um *software* que traduz todas essas informações. As informações coletadas viram imagens projetadas em *displays* de OLED transparente, que fazem as vezes das lentes dos óculos.

Criada pelo pesquisador em neurociência e prótese visual Stephen Hicks, a invenção ganhou o Prêmio Brian Mercer *Royal Society* de Inovação. Hicks recebeu 50 mil libras para continuar suas pesquisas, e declarou que irá usar a verba para incorporar funções de reconhecimento de objetos e textos aos óculos.

Cada aparelho é customizado, para que supra as necessidades visuais específicas do usuário, como acontece com os óculos de grau. Entre as possibilidades, os óculos tecnológicos podem diferenciar melhor objetos do fundo da imagem ou alterar o brilho da cena de acordo com a distância entre a pessoa e os obstáculos do caminho. As pessoas com deficiência visual ainda não conseguirão apreciar um filme no cinema da mesma maneira que as pessoas com visão normal, mas já é um passo para sua autonomia nas ruas e na vida em geral.

Campinas inaugura centro de atendimento a deficientes

A Prefeitura de Campinas inaugurou nesta quinta-feira (7) a primeira unidade do Centro Dia da Pessoa com Deficiência.

Fonte: Correio RAC – 08/11/2013

O local funcionará como uma espécie de Centro de Convivência que abrigará pessoas com qualquer tipo de deficiência. Elas poderão permanecer no local por um período de 4 a 10 horas e terão acesso a uma série de atividades que vão desde o atendimento com terapia ocupacional, oficinas de dança e artesanato e salão de beleza.

"A intenção é devolver a autoestima às pessoas que têm deficiência e dar uma chance para que o familiar que cuida da pessoa possa se reinserir no mercado de trabalho", explica a secretária dos Direitos da

Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Emmanuelle Alkmin.

A Casa terá capacidade para atender 60 pessoas em dois turnos com atendimento de uma equipe com dez pessoas entre psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e nutricionista.

Cuidar de pessoas deficientes muda a rotina das famílias. “Muitas famílias têm que reduzir a renda pela metade porque a mãe geralmente para de trabalhar para cuidar do filho. A ideia desse Centro é oferecer uma alternativa para que as famílias possam se reestruturar. Ao mesmo tempo, a ideia é devolver aos deficientes uma autoestima por meio das oficinas”, explica Emmanuelle.

A secretária conta que pretende abrir outro centro, mas ainda não há prazo para isso. Antes, afirma Emmanuelle, é preciso fazer um censo sobre a população com deficiência na cidade. “Estamos elaborando o projeto para realizar o censo em 2014”, diz.

As atividades do Centro serão desempenhadas pela Organização Não Governamental (ONG) Sorri Campinas, que desenvolve programas de inclusão social, com o objetivo de garantir os direitos humanos, especialmente das pessoas com deficiências. “O governo federal vai custear R\$ 40 mil mensais, o Estado destinará R\$ 20 mil e o município, R\$ 10 mil”, explica o prefeito Jonas Donizette (PSB).

A secretária de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, Jane Valente, conta que, para pleitear uma vaga na casa, é preciso passar por atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O centro emitirá um laudo e será feito um estudo de cada caso em conjunto com a Assistência Social.

A casa funciona na Rua Rouxinol, na Vila Teixeira. Serão atendidos no espaço pessoas com idades entre 18 e 60 anos. Sete pessoas já estão sendo atendidas no local. Uma delas é Marta Chidoreli, que participou da inauguração do Centro. “Eu estou adorando tudo, até o salão de beleza”, disse, com as unhas pintadas de vermelho e o cabelo arrumado em um trança lateral.

SOS Mata Atlântica lança Jardim Sensorial para estimular sentidos táteis e olfativos

A estrutura faz parte do projeto Aprendendo com a Mata Atlântica, iniciativa que visa sensibilizar estudantes e demais visitantes por meio de atividades lúdicas relacionadas à questão ambiental.

Fonte: Turismo Adaptado – Ricardo Shimosakai – 08/11/2013



O Centro de Experimentos Florestais SOS Mata Atlântica – Brasil Kirin, em Itu (SP), inaugurou seu Jardim Sensorial, uma proposta diferenciada para estimular o equilíbrio, a percepção e o desenvolvimento físico e mental dos participantes por meio do contato com diferentes espécies de plantas.

Com os olhos vendados, os participantes percorrem o caminho do Jardim Sensorial com o apoio de um corrimão. Ao longo do percurso, encontram 30 diferentes espécies de plantas, interagindo com elas por meio de outros sentidos, como o tato, olfato e paladar. Ao encerrar o trajeto, podem refazer o caminho sem as vendas, encontrando em cada vaso uma placa com informações sobre a espécie e como pode ser utilizada.

“Escolhemos espécies como orégano, manjeriço, lavanda e boldo, que fazem parte do dia a dia das pessoas. Assim, incentivamos que os participantes identifiquem as plantas fazendo relações com seu cotidiano. É comum ouvirmos das crianças, por exemplo, frases como ‘isto tem cheiro de pizza’ ou ‘este me lembra minha avó’”, observa Kelly De Marchi, educadora ambiental da Fundação SOS Mata Atlântica.

Apesar do foco bastante direcionado a atividades com estudantes, qualquer pessoa pode participar da iniciativa, que conta também com estrutura para receber pessoas com deficiência, como placas em braille com informações sobre as plantas.

“A Brasil Kirin preza pelo respeito em todas as suas relações. Por isso, o meio ambiente e a comunidade onde está inserida são tão importantes para a empresa, e a parceria com a SOS Mata Atlântica é fundamental para reforçarmos esse valor”, afirma Juliana Nunes, vice-presidente de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade da Brasil Kirin. “Seguindo padrões mundiais de excelência, a companhia desenvolve ações que privilegiam desenvolvimento social, o cuidado e a continuidade dos recursos naturais”, acrescenta. O projeto Aprendendo com a Mata Atlântica, desenvolvido pela SOS Mata Atlântica e patrocinado pela Brasil Kirin, no Centro de Experimentos Florestais, realiza ações de sensibilização ambiental desde 2010 e já recebeu mais de 16 mil visitantes.

Além de integrar estudantes, visitantes e a comunidade da região de Itu com as atividades realizadas pelo Centro de Experimentos Florestais, a iniciativa busca destacar a importância da Mata Atlântica para a vida de todos, informando que os visitantes moram em regiões que fazem parte dessa floresta.

A visita dura três horas e é composta por uma sequência de atividades interativas. Primeiramente, os participantes conhecem o Centro de Interpretação, onde são estimulados a entender a importância da relação entre ambiente urbano e floresta, podendo assim, contribuir para o desenvolvimento sustentável de ambos os espaços. Depois, participam de uma trilha na Mata Atlântica, ação que usa a metodologia de “vivências na natureza” para despertar os sentidos, dando a sensação de envolvimento maior com a floresta. Os visitantes também conhecem a infraestrutura do viveiro de mudas nativas da Mata Atlântica e, a partir de agora, contam também com a atividade do Jardim Sensorial.

O número mínimo de visitantes por grupo é de 20 pessoas. As inscrições podem ser feitas com agendamento prévio pelo telefone (11) 4013-4598 ou pelo e-mail restauracao.educacao@sosma.org.br. O projeto oferece lanche aos participantes. Para as escolas públicas de Itu e Salto, também é oferecido transporte. A participação é gratuita.

Museu investe em acessibilidade de acervo e atendimento a vários públicos em SC

Vídeo institucional com tradução em Libras e livro gravado em CD são algumas das ações desenvolvidas pelo Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville.

Fonte: Vida mais Livre – 08/11/2013

Com a procura crescente, a fim de qualificar as visitas, a coordenação do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville está investindo em projetos educativos que visam a democratizar o espaço, com ênfase na acessibilidade.

Em projeto financiado pelo Ministério da Justiça, por meio do Fundo dos Direitos Difusos, o museu desenvolve, desde 2012, o primeiro vídeo institucional e um livro. O vídeo terá tradução em Libras, para incluir as pessoas com deficiência auditiva, e o conteúdo do livro será gravado em CD para atender às pessoas com deficiência visual.

“Investiremos em uma nova apresentação museográfica, com textos que privilegiem letras com contraste visual e com a tradução desses textos em braile. Também estamos finalizando um audioguia: ferramenta que oferecerá ao cego uma autonomia frente ao circuito expositivo do museu. Além disso, a educadora e os monitores fizeram curso de libras para se comunicar e entender a cultura surda”, diz Dilney Cunha, coordenador do museu.

Atualmente, três espaços do museu estão interditados: o Galpão de Tecnologia Patrimonial, com projeto de restauro aguardando aprovação do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec); o terceiro pavimento do casarão principal, que está com licitação aberta para execução de obras estruturais; e o segundo pavimento, fechado em 20 de agosto para registro fotográfico do acervo, ação que faz parte do Projeto de Acessibilidade do Museu e irá compor um banco de dados disponível para consulta *on-line*. Este trabalho deve durar duas semanas, enquanto a estimativa é de que as obras nos dois primeiros ambientes iniciem-se e sejam concluídas até o final do ano.

O piso térreo do casarão, o Galpão de Transportes e a casa em enxaimel continuam funcionando.

Infraero apresenta novo sistema de embarque com acessibilidade no RS

Em testes, Mamuth foi elaborado em parceria com empresa gaúcha. Objetivo do sistema é ampliar acessibilidade e conforto nos aeroportos.

Fonte: G1 – Felipe Truda – 08/11/2013



Mamuth foi apresentado nesta sexta-feira (8) no Festuris, em Gramado. (Foto: Felipe Truda / G1)

Um sistema que promete melhorar o conforto e a acessibilidade dos passageiros nos aeroportos brasileiros foi apresentado pela Infraero nesta sexta-feira (8) no Festival de Turismo de Gramado (Festuris), evento realizado até domingo (10) na Serra do Rio Grande do Sul.

Segundo o presidente da Infraero, Antonio Gustavo do Vale, o Mamuth (módulo remoto para embarque acessível) e os outros módulos que compõem a estrutura denominada “elo” devem ser instalados até o final do ano no Aeroporto de Palmas e a partir de 2014 em outros terminais do país.

“Vamos decidir quais serão os próximos aeroportos no início de janeiro.

Nossas prioridades são o terminal 2 do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, Foz do Iguaçu e João Pessoa”, disse ao G1 Antonio do Vale.

O sistema foi desenvolvido em parceria entre a Infraero e a empresa Ortobras, com sede no município de Barão, no interior do Rio Grande do Sul. A empresa venceu a licitação para instalar o sistema em pelo menos 20 dos 64 aeroportos brasileiros.

“Já tínhamos esta preocupação e descobrimos que a Ortobras tinha um projeto de acoplar equipamentos de aviões no solo. Existe uma solução com uma ideia semelhante em Bogotá. Fomos conhecer e então desenvolvemos toda a parte técnica, de conforto e acessibilidade”, acrescentou o presidente da Infraero.

O Mamuth é o equipamento em que o passageiro embarca no avião e desembarca. A tecnologia é adequada a aviões da classe C, nos quais a porta de desembarque fica a uma distância de 2,5 metros a 3,5 metros do solo. Além da escada, há um elevador para cadeirantes com capacidade de suportar até 225 quilos.

Para chegar ao equipamento, o passageiro passará por um túnel constituído por módulos, totalmente climatizado, atravessando o pátio do aeroporto. Se um veículo precisar passar pela área onde ficam os módulos, eles podem ser movidos para dar acesso. O elo pode ser feito tanto com o terminal quanto com ônibus.

Além da acessibilidade, o elo entre o Mamuth e os módulos evita que os passageiros enfrentem chuva ao se dirigirem às aeronaves em dias de mau tempo, destaca o presidente da Infraero.

“As pessoas tinham dificuldades para acessar o avião. E para quem tem alguma dificuldade de locomoção é um desastre. Muitas vezes as pessoas têm que ir carregadas no colo, o que causa uma situação desconfortável e muitas vezes perigosa”, exemplificou Antonio do Vale.

Responsável pela implantação do sistema, o superintendente de gestão operacional da Infraero, Marçal Goulart, explicou que projeto foi elaborado com o objetivo de ampliar a acessibilidade e dar conforto aos passageiros.

“A prioridade sempre foi o avião, então puxamos o avião para frente, e o conector passa a ser a prioridade do sistema, com iluminação adequada, ar-condicionado e proteção para dar segurança”, disse Goulart.

A novidade já está em fase de instalação no Aeroporto de Palmas, capital do Tocantins. A previsão é que comece a funcionar entre o final deste mês e o início de dezembro. Depois, o sistema começará a ser instalado nos principais aeroportos do país, responsáveis por 88% da movimentação nos aeroportos brasileiros.

Provas do ENEM ainda não respeitam acessibilidade para pessoas com deficiência

Uma das principais reivindicações é a automatização eletrônica da prova com o uso de computadores, disponibilizando recursos de tecnologia assistiva como ampliadores de telas, leitores de tela, *mouse* virtual e *mouse* adaptado.

Fonte: Segs – 10/11/2013

Após o término das provas do Exame Nacional de Ensino Médio, realizado no último dia 27, pessoas com deficiência visual em todo país sentiram-se novamente frustradas com os poucos avanços quanto à acessibilidade da prova, em especial no que se refere aos recursos digitais. O ENEM, assim como o ENADE (exame de avaliação do ensino superior brasileiro), é de responsabilidade do Ministério da Educação, do INEP e da CESGRANRIO.

“Mais um Enem este ano e recebo caminhões de mensagens sobre pessoas com deficiência denunciando a falta de acessibilidade

na prova. Até quando o MEC vai cometer tal descaso? Onde está o CONADE, a SDH ou o MPF? A cada ano a situação se repete. É um desrespeito”, reclama Alex Garcia, que tem deficiência visual e auditiva.

O IBDD já impetrou nos últimos anos algumas ações vitoriosas na Justiça contra instituições do Governo organizadoras de concursos públicos, assim como contra autarquias responsáveis pela aplicação das provas, por não disponibilizarem, por exemplo, pessoas devidamente capacitadas para lerem e transcreverem as avaliações. “A maior dificuldade é a falta de preparo dos colaboradores para o auxílio à pessoa com deficiência nessas atividades. Seja porque não conseguem ler corretamente o texto escrito, seja porque desconhecem o assunto tratado nas questões”, explica a advogada Priscila Selares.

“Apesar da insistência do INEP em afirmar que o ENEM é acessível, no último exame foram encontradas, nas 180 questões que compuseram as provas, por volta de 100 eneagramas entre figuras, gráficos, desenhos. Alguns desses, praticamente impossíveis de serem descritos. Isso é acessibilidade?” questiona a consultora e pesquisadora em Acessibilidade Digital e Tecnologia Assistiva, Lucinda Leria.

Uma das principais reivindicações é a automatização eletrônica da prova com o uso de computadores, disponibilizando recursos de tecnologia assistiva como ampliadores de telas, leitores de tela, *mouse* virtual e *mouse* adaptado, que permitam a eliminação das barreiras digitais e garantam a autonomia de pessoas com diversos tipos de deficiência. O uso da tecnologia assistiva pode permitir, por exemplo, ao candidato escrever sua redação silenciosamente e revisar seu texto com autonomia.

Para Lucinda Leria, as instituições organizadoras do concurso, apesar de pequenos avanços na eliminação de barreiras de acesso em locais de prova, ainda precisam percorrer um longo caminho. “As pessoas com deficiência, particularmente as que necessitam de recursos digitais, ainda não têm igualdade de condições em relação aos demais candidatos, convivendo com uma situação de injustiça, impotência e exclusão”, analisa.

Telefone para pessoas surdas

Fonte: Portal Inclusão – 10/11/2013



A chegada do celular gerou grande fascínio entre as pessoas, pela oportunidade de se comunicarem de forma rápida com retorno imediato. E não demorou muito para que quase todo mundo adquirisse o celular, atualmente, componente indispensável para àqueles que anseiam comunicação, independência e agilidade de forma prática e confortável.

Esses fatores atraentes também fascinaram os Surdos, sonho que só foi possível quando disponibilizaram o recurso de envio e recebimento de mensagem. Mas, no começo não foi tão fácil assim, pois, inicialmente, somente Surdos da mesma operadora podiam se comunicar mas, essa fase passou para alívio dos Surdos, que atualmente podem se comunicar entre si e jogar “muito papo pro ar”!

Telefones para surdos

O aparelho especial para Surdos tem um visor indicativo onde é possível ler as mensagens recebidas. Possui também um teclado, que deve ser usado para enviá-las.

TS - Telefone para Surdo

Este aparelho se comunica com outro igual através de linha telefônica. Possui teclas para envio de mensagens que serão recebidas por outro aparelho idêntico. Possui visor que possibilita a leitura da mensagem. Hoje algumas operadoras disponibilizam a Central de Atendimento ao Surdo, para facilitar a comunicação dos Surdos com demais aparelhos.

Parlamentares denunciam constrangimento causado a deficientes em visita ao Senado

De acordo com o presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda (PSDB-GO), 28 crianças com deficiência, integrantes de um coral, que haviam sido convidadas para o evento, foram impedidas de entrar no prédio pela Polícia Legislativa.

Fonte: Diário de Pernambuco – 12/11/2013

A presença de representantes dos movimentos sociais nas dependências do Senado, quando da realização de sessões e reuniões de comissões, voltou a ser tema de debate no Plenário. A razão, desta vez, foi o tratamento dispensado a portadores de deficiência que tentaram acompanhar audiência, nesta terça-feira (5), sobre meta do Plano Nacional de Educação (PNE) que trata da obrigatoriedade de inclusão dos deficientes no sistema regular de ensino.

“As crianças ficaram na chuva, com necessidade de ir ao banheiro e, como alternativa, a segurança [determinou] que viessem pela garagem, pela rampa. Uma falta de bom senso. Embora houvesse um requerimento com o nome deles na portaria e o Senado tivesse cedido o transporte, foram frustrados os pais, as crianças, a comissão e os senadores, por um ato de quem estava chefiando a segurança”, disse o senador, que acusou a Polícia Legislativa de ter agido com truculência.

Pela manhã, durante a audiência pública, Cyro Miranda já havia tratado do assunto e pedido a demissão dos responsáveis.

O episódio deve gerar uma mudança de procedimentos no Senado em relação ao assunto. Por sugestão do senador Wellington Dias (PT-PI), a Mesa poderá adotar regra pela qual bastará que o presidente da comissão promotora do evento assuma a responsabilidade pela entrada dos convidados nas dependências da Casa.

“Esse é um problema que angustia e que não faz mais sentido (que não tenha solução)”, reconheceu o presidente Renan Calheiros. A próxima reunião da Mesa está marcada para quinta-feira (7).

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) se solidarizou com os portadores de deficiência e pediu que o Senado contrate intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ele disse que a falta desse profissional tem causado constrangimentos à Casa e aos deficientes auditivos que comparecem ao Senado para acompanhar a discussão dos assuntos de seu interesse.

Nova ferramenta permite ouvir os textos da Folha

Leitores da Folha que acessam o *site* do jornal passaram a contar com um recurso que transforma os textos publicados, como reportagens, colunas e notas, em som.

Fonte: Folha de São Paulo – 13/11/2013

A função dinamiza a leitura para pessoas que querem ouvir notícias enquanto fazem outras atividades e também é um recurso de acessibilidade que pode facilitar a vida de quem tem algum problema na visão e quer se informar pelo jornal.

Desde agosto, mais de 400 mil cliques foram dados no ícone “ouvir o texto”, que fica logo abaixo dos títulos e faz funcionar o leitor. Três em cada dez cliques ocorreram em textos de colunistas. A leitura é feita também nas versões internacionais da Folha (inglês e espanhol).

O recurso, que está em outros 47 países utilizando cem vozes, funciona em qualquer sistema operacional e também em dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*.

Assinante do jornal há 40 anos, a funcionária pública aposentada Leonor Carneiro Quirino, 71, elogia o recurso.

“Adorei. Enxergo muito pouco e o recurso funciona muito bem no meu computador, facilitando o acompanhamento das notícias. A voz é pausada, agradável, sem nenhum sotaque, tornando o texto totalmente compreensível. Parabéns à Folha por mais este avanço.”

Já a advogada Ana Luiza Alves Lima, 44, começou a usar o leitor por curiosidade.

“Vi o ícone e quis testar. Ainda estranho um pouco as pausas na leitura, mas é interessante ouvir enquanto estou fazendo algo na cozinha ou dirigindo, por exemplo.”

Como funciona

O programa que faz a leitura dos textos foi desenvolvido na Suécia pela empresa *Readspeaker*, que vem aperfeiçoando seu funcionamento desde 1999.

“A missão da empresa é proporcionar igualdade de acesso a todos que precisam se informar”, diz Roy Lindemann, cofundador e diretor de marketing da *Readspeaker*. “Nos esforçamos para reduzir o hiato digital, que impede pessoas com variadas dificuldades de leitura a ter acesso a conteúdos *on-line*.”

Para que a voz chegue até os ouvidos do leitor com perfeição, um complexo sistema de mecanismos eletrônico precisa ser acionado.

Ao clicar no ícone “ouvir o texto”, em questão de segundos, o conteúdo é enviado para os servidores da empresa responsável pelo programa, que devolve a escrita em formato de som.

A voz é gerada a partir da combinação de milhares de frases que foram previamente gravadas por atores. O computador busca a pronúncia em um dicionário digital e gera o texto falado.

O gaúcho Thiago Pellizzaro, 31, lê o jornal apenas em sua plataforma digital, pela *internet*. Ele tem um grave problema de visão, enxerga apenas 10%, e elogia a forma pausada e a atenção à pontuação do recurso de leitura.

“A voz de leitura é mais ‘humana’ que a de outros recursos de leitura. Para mim, ajuda bastante porque, às vezes, canso de ler. O que eu não curto é a leitura dos *links* que ficam no meio das reportagens, o que gera um pouco de confusão”.

Viracopos inaugura equipamento para facilitar embarque de deficientes

Ambulift será usado enquanto aeroporto providencia pontes de embarque. Demanda mensal no terminal é de 900 passageiros com deficiência física.

Fonte: G1 – 13/11/2013

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), inaugurou nesta terça-feira (12) o *ambulift*, equipamento que facilita o embarque e desembarque de pessoas com deficiência física. A unidade móvel permite que o deficiente se locomova por meio de um elevador adaptado até a entrada do avião. O procedimento será utilizado até que as pontes de embarque, conhecidas como “sanfonas”, que interligam as salas de embarque direto às aeronaves, não sejam instaladas.

Segundo a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, a unidade móvel possui espaço para quatro macas, seis cadeiras, além de um elevador acoplado. A elevação da cabine de transporte do *ambulift* chega a até seis metros de altura e permite que o passageiro cadeirante tenha maior autonomia para embarcar, por meio do corredor conectado à porta da aeronave.

Segundo Marcelo Mota, diretor de operações da concessionária, a demanda média em Viracopos é de 900 passageiros com necessidades especiais por mês. Mota afirma que em maio de 2014 será inaugurado o novo terminal de passageiros, que terá um melhor projeto de mobilidade. Segundo o diretor de operações da concessionária, as 28 pontes de embarque já chegaram ao aeroporto de Vitória e começarão a ser instaladas a partir do mês que vem.

Deficientes terão acesso a programa científico do Instituto Oswaldo Cruz

A iniciativa ocorrerá uma vez por mês até abril de 2014, quando deverá ser readaptada para incluir portadores de outras necessidades especiais.

Fonte: Correio Braziliense – 13/11/2013

O Laboratório de Biodiversidade Entomológica do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) inaugura nesta quarta-feira (13/11) uma nova vertente do seu programa educativo de divulgação científica para o público em geral. O programa inclui professores e estudantes e abre espaço para a visita de portadores de necessidades auditivas.

“De repente, nós nos demos conta que havia uma parcela de público que não tinha acesso às informações, à visita, ao conteúdo das salas. Então, nós elaboramos esse evento voltado para essas pessoas”, disse a chefe do laboratório e curadora da coleção entomológica do IOC, Jane Costa.

Com o tema “Tarde das orquídeas: insetos, flores e biodiversidade”, a iniciativa ocorrerá uma vez por mês até abril de 2014, quando deverá ser readaptada para incluir portadores de outras necessidades especiais, como deficientes visuais, acrescentou a especialista. Ela assegurou que a intenção é, aos poucos, ampliar a acessibilidade do programa.

Embora o principal foco seja os deficientes auditivos, dentro de cada grupo deverá haver sempre alguém ligado a uma necessidade especial, como cadeirantes, por exemplo. Hoje, serão homenageadas as pessoas com necessidades auditivas que trabalham na Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de uma cadeirante que luta pela acessibilidade.

Devido ao espaço físico, a iniciativa do Laboratório de Biodiversidade Entomológica do IOC imitou o número de visitantes. A ideia é que, a cada edição, sejam atendidos dois grupos de 20 pessoas. As visitas deverão ser agendadas previamente. Para as próximas edições, o laboratório já está fazendo contato com escolas para alunos com necessidades especiais.

Jovem com paralisia cerebral escreve livro e vai se formar em faculdade

Estudante de 27 anos concluirá curso de história em dezembro, na UEG. Sem coordenação motora, ela digita com a ponta do nariz, em Goianésia.

Fonte: G1 – Gabriela Lima – 14/11/2013



Livia com os colegas de faculdade na UEG de Goianésia. (Foto: Reprodução / TV Anhanguera)

Uma jovem de 27 anos é exemplo de superação em Goianésia, a 198 quilômetros de Goiânia. Livia Barbosa Cruz tem paralisia cerebral e está se formando em história na Universidade Estadual de Goiás. A jovem, que mexe apenas com a cabeça e fala com dificuldade, concluirá o curso no próximo mês e já se prepara para conquistar novos objetivos: “Quero publicar um livro que estou escrevendo e fazer uma pós-graduação”.

Livia teve paralisia cerebral ao nascer e não desenvolveu a coordenação motora. Sem dominar as mãos, ela precisou encontrar outra forma de escrever a monografia e o livro: digitar com a ponta do nariz e o queixo. O irmão Jeferson Barbosa Cruz, de 22 anos, ensinou o básico sobre o computador e ela, sozinha, aprendeu a mexer no *Twitter* e *Facebook*. A estudante gosta de usar as redes sociais para se comunicar com os amigos e com os primos que moram em outras cidades.

Em entrevista ao G1, pelo *Facebook*, a jovem conta que chegar até o fim do curso não foi fácil. Além de ter os movimentos do corpo limitados, também sofreu preconceito. “Tive problemas, mas venci e hoje estou muito feliz”, comemora a estudante que escolheu a inclusão no ensino superior como tema para a monografia.

Professora do curso de história, Edilze de Fátima Faria elogia a aluna. “A deficiência física não afeta a inteligência dela. Ela é muito esforçada. Ela mora longe da universidade e vem todos os dias em uma cadeira [de rodas]. É um exemplo de vida”, diz.

“Viciada em livros”, como a própria Livia diz, ela agora está escrevendo o seu próprio romance. A jovem adianta que o trabalho está em fase de conclusão e contará a história de amores platônicos. Segundo ela, a obra é baseada em fatos reais, tanto de casos que ela tomou conhecimento quanto dela mesma. “Quem nunca amou em segredo?”, questiona.

Apoio

Para realizar o sonho de fazer um curso superior, Livia contou com a ajuda de algumas pessoas. O apoio principal vem da mãe, Cleones

Barbosa dos Santos, de 43 anos, que desde 2009 leva a filha todos os dias para a universidade.

De segunda a sexta-feira, Cleones anda cerca de três quilômetros a pé, no caminho de ida e volta para a UEG, empurrando a cadeira de rodas da filha. Enquanto Livia assiste aula, ela espera do lado de fora. Para passar o tempo, faz bordados e crochê. Para a mãe, todo o esforço valeu a pena: “Eu não tenho palavras para dizer o que sinto. Ela conseguiu mostrar o valor dela”.

Cleones conta que ficou grávida de Livia aos 16 anos e parou de estudar no terceiro ano do ensino fundamental. Mas, ao ajudar a filha, acabou aprendendo e hoje até se expressa melhor. “Ele sempre gostou de ler e se interessou pelos estudos. Às vezes eu copiava a tarefa para ela e fui aprendendo. Tenho formação em ser mãe”, diz. A filha retribui a dedicação da mãe: “Sem ela seria impossível chegar onde estou hoje”.

Antes da faculdade, ela contou com o auxílio do irmão. Era Jeferson quem levava a irmã para a escola. “Estudávamos juntos até o terceiro ano do ensino médio”, conta a universitária. Os dois tentaram o vestibular, mas só Livia seguiu em frente.

No ensino médio, Livia descobriu a paixão pela história nas aulas de Valdelice Camilo, sua grande incentivadora e também professora na UEG. Na universidade, a estudante também destaca as aulas do professor Paulo Bernardes.

Professora de apoio

Quando Livia conseguiu a aprovação no vestibular, o campus da UEG de Goianésia precisou fazer algumas adequações para recebê-la. A sala de aula foi transferida do primeiro andar para o térreo a universidade teve de contratar uma professora de apoio.

A contratação da docente especial foi a parte mais difícil, segundo a mãe de Livia. A jovem precisa da professora de apoio para sentar ao lado dela e copiar o conteúdo nos dias de trabalho. “Foi um trabalho danado para conseguir, porque não tinha esse cargo lá. Mas a direção conseguiu contratar uma professora de Libras e conciliar os horários para que ela pudesse atender a Livia”, relata Cleones.

USP desenvolve implante intraocular para tratar diversos tipos de doenças

Um implante intraocular desenvolvido na Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto promete melhorar a visão de pacientes com uma série de doenças da retina, que podem levar à cegueira.

Fonte: Diário da Saúde – 15/11/2013

O implante tem aproximadamente o tamanho da ponta de um lápis e consiste na associação de um componente biodegradável (PLGA) com um medicamento, a dexametasona.

O dispositivo, que é implantado dentro do olho, usa a tecnologia de liberação prolongada de medicamento, fazendo com que ele se dissolva dentro do olho por aproximadamente 6 meses, sem a necessidade de o paciente usar colírios ou medicamentos orais durante este período.

O implante, resultado de dez anos de pesquisas, foi testado em 10 pacientes que participaram do primeiro estudo clínico da nova técnica.

Os resultados mostraram que o implante age em doenças vasculares da retina que levam à redução da visão e, em casos mais avançados, à cegueira.

O tratamento poderá beneficiar pacientes portadores de várias doenças da retina, como edema de mácula (inchaço na área central da retina decorrente de oclusão vascular), retinopatia diabética, uveíte (inflamação da úvea, formada pela íris, corpo ciliar e coroide), degeneração macular e outras.

Várias dessas doenças afetam a população mais idosa, entre 50 e 70 anos - também serão beneficiados pacientes que sofrem de toxoplasmose ocular, degeneração macular relacionada à idade e retinite por citomegalovírus endoftálmite.

Além dos olhos

Mas a técnica é muito versátil, e poderá ser aplicada em outras terapias.

Embora inicialmente esteja destinado para o tratamento de doenças da retina, o implante poderá futuramente ser utilizado no tratamento de doenças localizadas em outros órgãos e tecidos do corpo, podendo melhorar o tratamento e evitar efeitos adversos decorrentes da administração sistêmica de medicamentos.

Agora os pesquisadores prosseguirão para a segunda parte da fase de estudos, cujo início está previsto para janeiro de 2014, quando poderão participar em torno de 50 pacientes.

Também não há ainda previsão para início da comercialização, mas os testes clínicos em pacientes estão em fase avançada, o que constitui um pré-requisito para sua liberação.

Ônibus deixa cadeirante na pista

Problemas com elevadores transformam as viagens em um calvário diário.

Fonte: Extra – Geraldo Ribeiro – 17/11/2013

Ser cadeirante, por conta de uma poliomielite adquirida quando tinha 1 ano e 3 meses, não impediu que Viviane Macedo, de 36, moradora de Cascadura, se transformasse em bailarina e professora de dança. Ela, no entanto, gostaria de ter a mesma mobilidade que tem nos palcos na hora em que se locomove pela cidade de ônibus. Mesmo com leis que garantem acessibilidade, quem tem dificuldade de locomoção enfrenta um calvário diário no transporte público.

Dados do Procon mostram que das 68 empresas atuadas este ano pela Operação Roleta Russa, 48 apresentavam problemas com elevador de cadeirante. Outra operação, a Leva Eu, autuou 14 empresas.

A pedido do EXTRA, Viviane fez um teste na Praça Saens Peña, na Tijuca. Dos oito ônibus parados no espaço de uma hora, ela só conseguir embarcar no da linha 409 (Saens Peña-Jardim Botânico), da Nossa Senhora das Graças, após sete tentativas frustradas. Mesmo assim, com dificuldade.

O elevador do veículo estava funcionando, o motorista sabia manotá-lo, mas faltava o básico: a chave para acionar o equipamento. O jeito foi o cobrador improvisar, usando a chave de casa.

- Enfrento problemas como este ao menos três vezes por semana – diz Viviane.

As dificuldades surgiram na primeira tentativa, num ônibus da linha 415 (Usina-Leblon), da Viação Alpha. A trava de segurança da prancha que serve de degrau não funcionou. No da linha 413 (Muda-Copacabana), da mesma empresa, o motorista só conseguiu acionar o elevador após dez minutos, quando o equipamento travou. Como a porta não fechava, passageiros tiveram que embarcar em outro veículo. Outras cinco tentativas foram na linha 607 (Cascadura-Rio Comprido), da Acari. Os quatro primeiros coletivos não tinham o elevador. No quinto, o equipamento não funcionava.

Agravante para multa

Para a presidente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), Teresa Amaral, o fato de os ônibus serem dotados de plataforma para cadeirantes não os torna automaticamente acessíveis.

- Nem sempre os profissionais estão treinados para utilizá-la – afirma Teresa Amaral, que propõe uma solução mais simples: a adoção de ônibus com piso rebaixado, na altura do meio-fio – Esta é a melhor alternativa. Nem precisa do elevador e é um padrão acessível não só para cadeirantes, mas também para outras pessoas com dificuldades de locomoção, como idosos e gestantes.

Segundo o diretor de fiscalização do Procon, Fábio Domingos, elevador que não funciona é um agravante que pode elevar a multa, que vai de R\$ 480 a R\$ 7 milhões. A multa mais alta aplicada em uma empresa por problema de acessibilidade, segundo ele, foi de R\$ 555 mil.

“Sociedade não sabe lidar com esta situação” – depoimento de Viviane Macedo, professora e bailarina, moradora de Cascadura

Na segunda-feira passada, eu me atrasei duas horas para um compromisso. Os ônibus não paravam para mim. O que parou tinha um problema: o despreparo do motorista, que não sabia operar o elevador. O pior é que quando o ônibus demora a sair do ponto, por conta da necessidade de o motorista ajudar o cadeirante a subir, isso gera reclamação dos demais passageiros. Esta é a prova de que há um despreparo geral em relação ao problema, não só das empresas, mas também da sociedade, que não aprendeu a lidar com esta situação.

O que eles dizem

SMTR

A Secretaria de Transportes informou que 65% dos 8.800 ônibus que circulam na cidade têm acessibilidade. E serão 100% até dezembro de 2014. Informou ainda que parceria com o Rio Ônibus já treinou quatro mil motoristas e deve treinar outros 7.500 até o fim do mês. Além disso, faz fiscalização permanente.

RIO ÔNIBUS

O sindicato reafirma seu compromisso em garantir a acessibilidade. Por isso, vem ampliando a frota adaptada. No entanto, reconhece falhas pontuais, reparadas logo que informadas.

FETRANSPOR

Informou que 67% dos 21 mil ônibus intermunicipais são adaptados. E a manutenção dos elevadores, hidráulicos, é permanente e realizada pelas viações.

Londrina terá residência inclusiva para pessoas com deficiência

Construção de uma casa foi incluída no orçamento do ano que vem. Hoje, 107 pessoas precisam de atendimento continuado.

Fonte: Jornal de Londrina – Erika Pelegrino – 19/11/2013

Em Londrina, pelo menos 107 pessoas que têm algum tipo de deficiência que gera dependência, vivem em situação de pobreza e sem quem cuide delas. De acordo com estudo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, 14 delas estão em abrigos como Lar Anália Franco, Bom Samaritano, Pão da Vida e Casa do Caminho. O restante vive com a família, mas passa por situações de vitimização, como abandono e negligência. A necessidade de criar serviços municipais que atendam estas pessoas de forma qualificada foi apontada na 6ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada na semana passada, como uma das principais propostas tiradas no evento, que vão subsidiar a criação da Política Pública Municipal para a Pessoa com Deficiência. “Esta é a proposta mais importante e o atendimento urgente que precisa ser prestado à pessoa com deficiência”, afirma a presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Lindaura dos Santos Prezotti.

A intenção é criar 10 residências inclusivas com cuidadores e equipe multiprofissional (psicólogo, enfermeiro, assistente social, entre outros). De acordo com o Assessor de Assuntos para Acessibilidade, Almir Escatambulo, para o próximo ano foi possível incluir para orçamento da Secretaria da Assistência Social, aproximadamente R\$ 400 mil para a implantação de apenas uma unidade. “Com muito custo”, diz ele.

A diretora de proteção social especial da Assistência Social, Nívea Polezer, afirma que para a manutenção mensal da residência haverá investimento de R\$ 10 mil da União, R\$ 5 mil do Estado e a contrapartida do Município ficará entre R\$ 35 mil e R\$ 40 mil. A residência terá capacidade para 10 pessoas e será totalmente adaptada para necessidades especiais, assim como o veículo para transporte dos moradores.

Nívea explica que a criação da residência segue orientação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). “Buscamos também parâmetros em serviços já implantados em outros municípios”, afirma. A diretora diz que o público a ser atendido é formado por jovens e adultos em situação de dependência por causa de diferentes tipos de deficiência - que prioritariamente recebam o benefício de prestação continuada - e não disponham de condições de auto cuidado e auto sustentabilidade.

“A residência será um tipo de abrigo para aqueles que todos os seus vínculos familiares estão fragilizados ou rompidos. São pessoas que ninguém olha por elas. Por isso, precisam de medida de proteção de abrigo.”

Política Pública será votada ano que vem

Londrina tem aproximadamente 117.300 pessoas com algum tipo de deficiência, o equivalente a 23% da população, segundo a presidente do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência, Lindaura Prezotti. Por isso, o Conselho quer que seja criada a Política Pública Municipal de Pessoas com Deficiência. Este foi o foco da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O assessor de Assuntos para Acessibilidade, Almir Escatambulo, afirma que assim que o Conselho encaminhar as propostas retiradas na Conferência será criado o projeto de lei para ser votado no próximo ano. “Não sabemos ainda se o projeto será encaminhado pelo Executivo ou pelo Legislativo.”

Presidente do Conselho, Lindaura diz que as propostas ainda estão sendo tabuladas e estarão prontas até 2 de dezembro. Ela afirma que a criação da Política Pública Municipal será fundamental para garantir os direitos da pessoa com deficiência. “Ao termos uma lei temos um orçamento e temos como cobrar o poder público”, diz.

Projeto da UFF leva acessibilidade para atendimento de deficientes visuais em supermercado

Coordenado pela professora da UFF, Nathalia Melo, o projeto nasceu em um trabalho de conclusão da disciplina “Embalagens para produtos agroindustriais”, apresentado por um graduando.

Fonte: UFF Notícias – Luiza Gould – 19/11/2013

Eles são 35,7 milhões no país, segundo dados do censo do IBGE de 2010. Apesar de não enxergar, muitos deficientes visuais escolhem manter uma vida independente e ir às compras em um supermercado é um dos desafios rotineiros. Percebendo isso, uma professora de engenharia do Pólo de Volta Redonda e seus alunos criaram um projeto inovador que ensina os funcionários desses estabelecimentos a abordarem adequadamente os deficientes visuais.

Coordenado pela professora da UFF, Nathalia Melo, o projeto nasceu em um trabalho de conclusão da disciplina “Embalagens para produtos agroindustriais”, apresentado por um graduando. Em sua primeira fase, contou com a confecção de uma cartilha com dicas de atendimento em

supermercados para os portadores de deficiência visual. Atualmente, está na etapa de apresentação do manual nos estabelecimentos de Volta Redonda. Duas empresas já receberam a equipe para as orientações aos seus atendentes.

Com a cartilha, os funcionários conhecem dicas que vão desde o uso do tom normal de voz com o deficiente visual até a orientação de como guiá-lo, oferecendo o cotovelo ou o ombro para que ele se apoie. Dentre os pontos apresentados estão ainda: se prontificar a ajudar ao ver um deficiente visual; ter o cuidado de tirar obstáculos do caminho e alertar se houver objetos cortantes; informar sobre as promoções e ofertas; ouvir atentamente o pedido do cliente e trazer o solicitado; ser exato ao indicar direções; perguntar ao deficiente o que ele necessita e não ao acompanhante; conduzi-lo ao início das filas e até a saída do supermercado, além de nunca brincar com o cão guia.

Confira aqui a cartilha na íntegra.

Segundo Nathalia, os funcionários passaram a se sentir mais seguros para abordar e ajudar os deficientes visuais nos supermercados. A engenheira de alimentos faz um balanço positivo da experiência: “Com o projeto, percebemos que se a própria empresa der estrutura, e ao se preocupar com essa questão, conquistará mais consumidores, além de conseguir fidelização. Então, os dois lados saem ganhando”, comenta a professora.

Conselho estuda alternativa para efetivar acessibilidade de surdos

Os conselheiros conheceram uma tecnologia que foi implantada em Brasília e em Londrina e que tem resultado em importantes avanços.

Fonte: Jornal do Oeste – 19/11/2013

O Conselho da Pessoa com Deficiência realizou reunião extraordinária na segunda-feira (18) para avançar na discussão acerca da acessibilidade em espaços públicos para pessoas com deficiência auditiva. Os conselheiros conheceram uma tecnologia que foi implantada em Brasília e em Londrina e que tem resultado em importantes avanços.

De acordo com o vice-presidente, Primo João Momoli, este sistema visa à criação de uma central de telecomunicação, onde um – ou mais, dependendo da demanda – intérprete fique à disposição para quando foi solicitado por algum surdo. O contato será dado por meio de um monitor que servirá de canal de comunicação entre o usuário e o intérprete. “Vamos conversar com a detentora dessa tecnologia e saber quais são os detalhes para então apresentar a proposta ao município”, planeja.

Esta é uma das saídas encontradas pelos conselheiros que buscam a presença de intérpretes de Libras – a língua brasileira dos sinais – em espaços públicos para atender aos deficientes auditivos em diferentes situações. Além disso, é uma das soluções para a falta destes profissionais disponíveis no mercado de trabalho.

Durante a reunião extraordinária os conselheiros receberam a visita do diretor do Departamento de Trânsito, Fabiano Faria, para avançar na solicitação de adequação e ampliação das vagas de estacionamento para as pessoas com deficiência. Uma nova reunião foi agendada entre o diretor e os membros da comissão para o dia 5 de dezembro.

Foi debatida também a ampliação da representação dentro do Conselho. A proposta é de estender o convite para sindicatos para que a paridade entre órgãos governamentais e não governamentais seja estabelecida. Para isso, deverá ser alterada a Lei que institui e regulamenta o Conselho.

Fundação oferece apoio a pais de crianças com autismo

Fonte: Extra – Camila Muniz – 21/11/2013

Cerca de uma em cem crianças tem autismo. E, a cada diagnóstico, a família não só sofre um baque emocional como também tem sua vida financeira impactada. O tratamento ideal do distúrbio custa em torno de R\$ 5 mil mensais, e esse valor pode ser ainda maior dependendo da gravidade com que o problema se manifesta. Na luta pelo aumento da oferta de atendimento na rede pública, a Fundação Mundo Azul oferece um grupo de apoio a pais interessados em debater os direitos de quem convive diariamente com o autismo.

Responsável por seis unidades de atendimento a autistas na cidade do Rio, a Secretaria municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) admite que os centros de referência ainda não são suficientes para atender a demanda e, ocasionalmente, pode haver fila de espera.

No ano passado, foi sancionada uma lei, de autoria do deputado estadual Xandrinho (PV-RJ), que obriga o governo estadual a implantar centros de reabilitação integral para crianças e adolescentes com autismo. Segundo o advogado Luciano Aragão, fundador da Fundação Mundo Azul, a determinação é importante porque os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) — para onde os pacientes costumam ser direcionados — não oferecem atendimento especializado para autistas.

— O autismo é um transtorno global do desenvolvimento. Por isso, a criança precisa ser estimulada constantemente em todas as áreas para se desenvolver, com ajuda de psicólogo, psicopedagogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e professor de educação física — diz Luciano.

Aragão fundou a Fundação Mundo Azul há três anos para apoiar quem passa pela mesma situação que ele. O advogado é pai de João Pedro, de 10 anos, diagnosticado com autismo aos 3. O menino chamou a atenção da mãe, a relações públicas Denise Fonseca, pelo comportamento restrito, por não fazer contato visual com outras pessoas e pelo atraso na fala.

— Trabalhamos pela conscientização da população sobre o autismo, pelo acolhimento das famílias e pelo direito dos autistas. Queremos que eles recebam diagnóstico precoce e tenham onde se tratar — defende Luciano.

Na falta de vagas na rede pública, associações e entidades filantrópicas são opções para conseguir tratamento, embora nem sempre o ofereçam de forma multidisciplinar, como é o ideal.

De acordo com o psiquiatra da infância e da adolescência Caio Abujadi, do Instituto Priorit, o alto custo do tratamento dificulta a criação pelo governo de mais unidades com atendimento: — O que se tem hoje é apenas o começo. São profissionais se unindo para idealizar estruturas básicas. Estamos atrasados nessa questão.

UNIDADES QUE OFERECEM ATENDIMENTO

- Centro

Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência - CIAD Mestre Candeia
Avenida Presidente Vargas, 1.997. Telefone: 2224-3139.

- Vila Isabel

Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência - Rua Correia de Oliveira, 21. Telefones: 2258-1571 e 2258-1573.

- Campo Grande

Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência - Rua Carlos Boisson, s/nº. Telefones: 2412-1807 e 2412-1888.

- São Conrado

Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência - Avenida Niemeyer, 776/10º andar. Telefone: 3111-1096.

- Irajá

Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência - Avenida Monsenhor Félix, 512. Telefone: 3457-4254.

- Santa Cruz

Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência - Rua Felipe Cardoso, s/nº. Telefone: 3395-0347.

UFRJ cria primeiras graduações presenciais em Libras do Rio

Fonte: ASDEF – 21/11/2013

A partir do próximo ano, a UFRJ terá três cursos de graduação voltados para a formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Estas serão as primeiras graduações presenciais em Libras, no estado do Rio de Janeiro, já que os únicos cursos de ensino superior disponíveis, até então, eram na modalidade à distância. Os cursos contarão com uma equipe de 16 professores, que serão selecionados através de concurso público.

No fim de outubro, o Conselho Universitário (Consuni) da UFRJ aprovou a criação do Bacharelado em Letras - Libras: Tradução e Interpretação e da Licenciatura em Letras - Libras, cada um ofertando 20 vagas. Também foi aprovada a criação de uma turma especial de licenciatura, voltada para professores da rede pública estadual e municipal de ensino, na qual serão oferecidas mais 50 vagas.

Estes últimos terão ingresso diferenciado, sem necessidade de passarem pelo atual concurso de acesso da universidade, e estarão incluídos no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), programa em regime de colaboração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estados, municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior do país.

Para concorrer às vagas, os demais candidatos passarão pelo mesmo sistema de acesso dos demais cursos da UFRJ, ou seja, deverão realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e posteriormente escolher o curso através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Os candidatos deverão realizar, ainda, Teste de Verificação de Habilidade Específica (THE), durante a seleção. Quem fez o Enem este ano, poderá incluir a graduação como opção no primeiro semestre do ano que vem.

O edital do THE para o curso já está disponível e tem inscrições entre 18 de novembro e 2 de dezembro. A prova será no dia 8 de dezembro na Faculdade de Letras, que ganhará um departamento específico para a nova graduação. Os cursos são voltados tanto para alunos surdos quanto para ouvintes. Os candidatos que farão o THE devem ser proficientes em Libras. No entanto, para a turma especial Parfor, não será cobrada a proficiência, pois o projeto pedagógico vai contemplar mesmo os que não têm conhecimento algum em Libras.

As graduações têm duração de quatro anos e serão lecionadas no

período noturno. A grade curricular contará com disciplinas como Estudos de Libras e respectiva Literatura, Estudos da Educação (formação pedagógica), Estudos da Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos, entre outras.

O profissional formado em Libras pode trabalhar em diversas áreas, focadas no ensino, na tradução e na interpretação, podendo atuar não só na área de educação, mas também em ambientes que exijam a presença de um intérprete, como aeroportos, entrevistas de emprego, eventos culturais e científicos.

Ministério Público quer vagas para deficientes no concurso da PM-PI

O edital do concurso público para a PM-PI não prevê reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cargos de Oficial e Soldado.

Fonte: Meio Norte – Savia Barreto – 22/11/2013

O Ministério Público estadual ingressou com ação civil pública para a retificação do concurso da Polícia Militar do Piauí. A 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, que tem atribuições de defesa da pessoa com deficiência e do idoso, já havia expedido uma recomendação em outubro, solicitando as mudanças no edital, porém as orientações não foram atendidas pelo Comando da PM-PI e pelo Núcleo de Concursos Promoção de Evento (Nucope) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

O edital do concurso público para a PM-PI não prevê reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cargos de Oficial e Soldado. O item 1.8 do edital determina que “não será reservado o percentual de vagas a pessoas com deficiência, visto que este concurso público destina-se à carreira que exige plena aptidão do candidato.”

O MP-PI alega, no entanto, que a eliminação sumária do candidato com deficiência configura discriminação, já que a aptidão plena só pode ser aferida no decorrer do concurso público e do estágio probatório, através de equipe multidisciplinar.

O Ministério Público havia recomendado, então, a retirada do item 1.8 do edital, que exclui as pessoas com deficiência, promovendo a reserva de 10% das vagas para eles.

O número de candidatos com deficiência que será convocado para participar do curso de formação deve ser estabelecido de acordo com a classificação na lista especial, preservando-se o percentual mínimo da reserva de vagas.

“Tem suporte, igualmente, no direito social à não discriminação no emprego, no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador com deficiência, assim como a garantia de reserva de vagas em cargos e empregos públicos.

Isso porque a vida em sociedade acaba provocando a ocorrência de inúmeras condições marginalizantes em razão da diferença de raça, sexo, credo religioso, situações deficitárias como a de acidentados do trabalho, e no caso que nos interessa, das pessoas com qualquer forma de deficiência (física, auditiva, visual, intelectual, mental e múltipla)”, destacou a promotora Marlúcia Evaristo.

A prova física e o curso de formação devem ser adaptados para o candidato com deficiência que necessitar, com uma equipe multidisciplinar: médico especialista, educador físico e terapeuta ocupacional.

O prazo para inscrição no concurso público deve ser reaberto com número de dias iguais ao primeiro edital, para que os candidatos com deficiência possam viabilizar suas inscrições, com gratuidade.

Cientistas fazem novo mapeamento genético do autismo

Pesquisadores conseguiram definir onde exatamente no cérebro e quando durante o seu período de desenvolvimento ocorrem mutações relacionadas com o transtorno.

Fonte: O Globo – Saúde – 22/11/2013

Uma equipe de cientistas da Universidade da Califórnia São Francisco, nos Estados Unidos, identificou exatamente onde e como ocorrem mutações no cérebro que levam ao aparecimento do autismo. Eles conseguiram mapear a região do cérebro e o período do desenvolvimento do órgão em que este processo acontece e publicaram a descoberta na revista *Cell*.

Projetos de sequenciamento genético vêm revelando que existem centenas de genes associados ao autismo. Na nova pesquisa, um mapeamento da expressão genética focou em apenas nove genes, mais fortemente ligados ao transtorno. Eles notaram que este conjunto de genes contribuiu para anormalidades em células cerebrais conhecidas como neurônios corticais, localizadas na camada mais profunda do córtex pré-frontal, durante o desenvolvimento do feto.

- Isto sugere fortemente que, embora existam centenas de genes de risco de autismo, o número de mecanismos biológicos subjacentes é muito menor. Esta é uma pista muito importante para o avanço da medicina de precisão para o autismo e para o desenvolvimento de terapias personalizadas - disse Matthew State, presidente do Departamento de Psiquiatria da universidade e especialista na genética dos transtornos do desenvolvimento neurológico.

O transtorno do espectro autista tem forte componente genético, é marcado por deficiências na interação social e no desenvolvimento da linguagem, por comportamentos repetitivos e interesses restritos. Ele é extremamente complexo, com uma grande variedade de sintomas e graus de gravidade.

E, pelo que cientistas vêm notando, parece não resultar de pequenas mutações compartilhadas entre todos os indivíduos afetados. Ao contrário, os novos métodos de sequenciamento mostram que pode existir uma combinação de mutações raras e espontâneas com fatores genéticos ou não que causam o espectro.

De acordo com algumas estimativas, mutações em mais de mil genes podem desempenhar um papel. State ressalta que a complexa arquitetura genética do espectro é desafiadora:

- Se existem mil genes que podem contribuir para o risco em diferentes graus e que cada um tem múltiplas funções, não é fácil definir o que realmente está relacionado com o autismo. Mas sem isto, é muito difícil pensar em novas e melhores terapias.

No estudo, a equipe selecionou “sementes” dos nove genes e usou dados do atlas digital *BrainSpan*, que mostra como e onde os genes são expressos no cérebro humano durante a vida. Os autores conseguiram então provar que as mutações ocorriam nos neurônios corticais, encontrados nas camadas cinco e seis do córtex pré-frontal, entre dez e 24 semanas depois da concepção.

- Pela primeira vez, foi possível ter uma ideia forte sobre quando e onde no cérebro é que devemos observar genes específicos e mutações específicas - disse Jeremy Willsey, coordenador do estudo.

Tese sobre concurso público para pessoas com deficiência intelectual menciona Movimento Down

Na tese “Concurso Público para Pessoas com Deficiência Intelectual”, a Subprocuradora-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, cita algumas considerações a respeito da fácil comunicação do Movimento Down.

Fonte: Movimento Down – 26/11/2013

Por lei, todos os concursos para cargos públicos devem prever uma reserva de vaga de até 20% para pessoas com deficiência. As provas devem ser adaptadas às necessidades dos candidatos. Mas, apesar da legislação garantir este direito a todas as pessoas com deficiência, nunca se havia pensado nas alterações adequadas às pessoas com deficiência intelectual.

A Subprocuradora-Geral do Trabalho do Ministério Público do trabalho, Maria Aparecida Gugel, apresentou uma tese sobre o assunto no XX Congresso Nacional do Ministério Público. Com o título “Concurso Público para Pessoas com Deficiência Intelectual”, ela defende que a adaptação do conteúdo das provas para as pessoas com deficiência intelectual, para garantir o direito de acesso ao concurso público em igualdade de oportunidade.

Em sua tese, a Subprocuradora cita as considerações sobre comunicação fácil do Movimento Down ao enumerar as modificações necessárias para a prova:

“Os critérios de elaboração das provas por especialistas da área da deficiência devem ser baseados em textos orais ou escritos, com a utilização de palavras mais simples e sentenças mais curtas, apresentando sempre uma ideia ou informação de cada vez, sem o uso de metáforas ou abstrações. A apresentação das provas deverá ser clara e limpa, podendo conter letras em caixa alta para prender a atenção do candidato e facilitar a leitura. Quando se entender próprio, poderá lançar mão do recurso de imagens, fotos, desenhos e esquemas que objetivem a melhor compreensão do conteúdo:

Os textos, sejam eles orais ou escritos, devem utilizar palavras mais simples e sentenças mais curtas, apresentando sempre uma ideia ou informação de cada vez. O uso de metáforas também não é aconselhável, já que a sua compreensão requer uma abstração que algumas vezes as pessoas com deficiência intelectual têm dificuldade em alcançar.

Quanto à forma, deve-se optar por fontes simples sobre fundo liso, letras em caixa alta e *design* mais claro e limpo. Acrescentar imagens, fotos, desenhos, esquemas, infográficos ou qualquer tipo de apoio visual também é importante e facilita muito a compreensão. Além disso, Maria Aparecida Gugel recomenda que os candidatos com deficiência intelectual tenham mais tempo para realizar o exame e, quando necessário, contem com apoio pessoal durante a realização da prova:

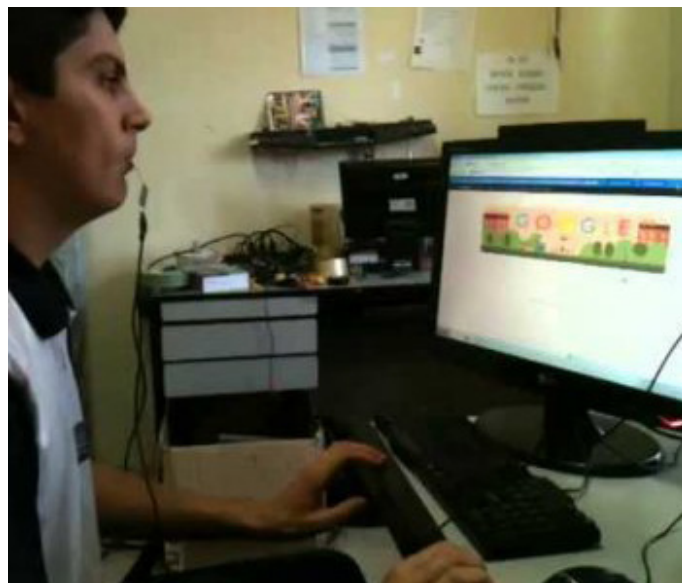
“O apoio tem como o objetivo principal dar suporte emocional ao candidato com deficiência intelectual e também esclarecimentos visando a contribuir para a compreensão do conteúdo das perguntas e, assim, colaborar para potencializar a autonomia ao candidato para as repostas.”

Com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Gugel afirma que, se não garantir estas adaptações, o Estado estará promovendo a discriminação de pessoas com deficiência e falhando em garantir sua plena participação e inclusão na sociedade.

Por isso, de acordo com ela, se faz necessária a conscientização da sociedade e das entidades não governamentais sobre o direito ao concurso público também para pessoas com deficiência intelectual, em igualdade de condições com os demais.

Inventor cria “mouse de língua” para ajudar pessoas com deficiência física

Fonte: Portal Inclusão – 27/11/2013



Um protótipo desenvolvido por um empresário de Sarapuí (SP) pode ajudar pessoas com deficiências físicas a usarem o computador. A ideia vem do inventor Edson Ruivo, de 29 anos. Há aproximadamente dois meses, ele desenvolveu um “mouse de língua”.

O invento ainda não tem nome, mas já rendeu ao empresário mais de seis mil acessos em menos de um mês de um vídeo de apresentação do protótipo postado na *internet*. A invenção é colocada na boca e, com a língua sob os sensores, o equipamento tem as mesmas funções do *mouse* comum.

O inventor é formado em Tecnologia da Informação pela Faculdade de Tecnologia (Fatec) de Itapetininga e bacharel em Administração. Ruivo diz que sempre se interessou pela tecnologia e há 10 anos trabalha na área.

Ruivo conta que teve a ideia de desenvolver o “mouse de língua” durante a madrugada. “Fiquei mais de uma hora deitado e imaginando como poderia fazer isso. Já que a tecnologia nos proporciona tantas coisas, porque não navegar na *internet* usando a língua”, diz.

A primeira atitude do empresário foi pesquisar se o invento já existia. Ele afirma que encontrou uma ideia parecida de um rapaz dos Estados Unidos, mas não era exatamente o que ele tinha imaginado. “Montei toda a estrutura com materiais que eu tinha e o evento funcionou. Foi aí que eu fiz o vídeo caseiro para saber qual seria a reação das pessoas e me surpreendi com a repercussão”, comenta.

O inventor afirma que pretende desenvolver mais a ideia e elaborar um aparelho sem o uso do fio. O objetivo é adaptar para o uso do sistema de *bluetooth* e desenvolver o equipamento de forma com que seja uma pequena película a ser encaixada no céu da boca. “Assim, o internauta poderá dar os comandos através da língua. Com essa película, o usuário poderá comer e falar normalmente”, diz.

Ainda de acordo com Ruivo, depois do vídeo na rede ele já recebeu proposta de uma grande empresa para dar continuidade ao projeto. O empresário afirma que pretende aperfeiçoar o “mouse” para diversas funções, entre elas, controlar uma cadeira de rodas, ligar a televisão e usar o *tablet*. O custo da invenção ainda não foi calculado, mas ele aguarda um patrocínio para que o invento seja aperfeiçoado. O processo para patentear a ideia já está em andamento.

Outros inventos

Outro invento que levou o empresário a ficar conhecido na região foi um removedor de vírus de *pen drive*, chamado de “*Pen Clear*”. O equipamento foi desenvolvido durante o curso da Fatec e teve repercussão na área tecnológica.

Com esse projeto ele concorreu em 2011 na maior feira de tecnologia do país, a *Campus Party*, realizada na capital paulista. “Eram 1.500 projetos. Fizemos uma seleção e foi para 500. Desse total, foram escolhidos apenas cinco para a final e eu fiquei entre os melhores projetos da feira”, comenta.

Com essa mesma invenção, o empresário participou do projeto “Anjo Investidor”, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), que financia jovens com ideias inovadoras. O *pen clear* já foi patenteado internacionalmente e o empresário está em busca de investidores. “As pessoas devem criar mais. Devemos encontrar algo que possa revolucionar”, conclui.

Em entrevista ao G1, Ruivo comentou que sua primeira invenção foi a de um violão que fazia a afinação sozinho. Mas, como ninguém apostou no projeto, acabou desistindo. “Também pensei em uma escova de dente que tocasse música, mas não cheguei a elaborar”, comenta.

Durante três anos seguidos o empresário participou da “Guerra dos Robôs”, um campeonato internacional que acontece na cidade de Amparo (SP). “Levei três meses para construir o robô e ele foi destruído em sete segundos. Mas o que vale mesmo é a experiência e aprendizado”, ressalta.

Surdos têm intérpretes de Libras em todo Paraná para exames do Detran

Fonte: Portal Inclusão – 27/11/2013

Projeto desenvolvido pelo Departamento de Trânsito do Paraná (Detran/PR) regionalizou a contratação de intérpretes na **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Isso vai permitir que motoristas e candidatos à primeira habilitação com **deficiência auditiva** tenham atendimento em todas as regiões do Estado, gratuitamente.

A medida deve tornar mais ágil o atendimento aos usuários, evitar o deslocamento dos intérpretes e o cancelamento de testes, devido à desistência de profissionais, que optavam por trabalhos mais próximos de Curitiba. Antes, apenas uma associação, com sede na Capital, atendia todo o Paraná.

LICITAÇÃO – O processo de contratação foi feito por licitação, em lotes, e quatro associações já prestam os serviços à população. “Esperamos resolver o problema antigo da falta de profissionais interessados em prestar esse tipo de serviço nas cidades do interior”, diz o diretor-geral do Detran, Marcos Traad.

A Associação Mãos Ungidas atende Curitiba, Região Metropolitana e Litoral, além das regiões de Cascavel, Francisco Beltrão, Londrina, Umuarama e União da Vitória. A Associação Geny de Jesus Souza Ribas atua na região de Ponta Grossa e Telêmaco Borba. A Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu (Apasfi) em Foz do Iguaçu e Medianeira e a Associação dos Surdos de Maringá (Assumar), na região de Maringá e Cianorte.

Para melhor atender os usuários com deficiência auditiva, o Detran também oferece o curso de Libras para os servidores da autarquia. Neste ano, foram capacitados 53 funcionários.

PROCEDIMENTO – O candidato à primeira habilitação com deficiência auditiva passa pelos mesmos processos que o candidato comum, mas conta com o auxílio de intérpretes nos exames. Para usufruir o benefício, basta solicitar a presença de um intérprete, com 15 dias de antecedência, no agendamento do serviço.

O intérprete de Libras pode ser solicitado nas avaliações psicológica, médica, teórica, prática e no curso de reciclagem do Detran. O serviço não tem custo adicional para o usuário e todas as despesas são pagas pelo Detran.

Acesso negado a deficientes, na lei e na prática

Câmara veta recursos para adaptação de prédios públicos

Fonte: O Dia – 28/11/2013

Não são poucos os vilões do cotidiano das pessoas com deficiência no Rio: calçadas com buracos, transportes sem condições e dificuldade para entrar em repartições públicas são alguns deles. Mesmo assim, a Comissão de Orçamento da Câmara decidiu ontem que a prefeitura não investirá R\$ 20 milhões por ano até 2016 em obras de adaptação de um terço dos prédios públicos municipais para deficientes.

A Câmara é exemplo do descaso com os deficientes. Cadeirantes que foram acompanhar a reunião precisaram ser carregados, pela falta de rampas e o excesso de escadas. João Carlos Farias, membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, resumiu sua indignação citando a Constituição Federal. “É uma limitação ao nosso direito de ir e vir. É um descaso grande ter que vir à Casa do Povo e depender de outros para locomoção”, protestou.

Ação e multas

O Rio tem 1.327 prédios públicos municipais não acessíveis, segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). A entidade venceu uma ação na Justiça, em 2009, que prevê o pagamento de multa diária para cada prédio público não adaptado. A prefeitura recorreu. O valor das multas somadas já passaria dos R\$ 17 bilhões. Segundo Teresa Amaral, superintendente do IBDD, os prédios da União e do governo do estado também estão no processo: “Mas são os prédios do município que mais afetam a população”.

A emenda foi apresentada pelo vereador Alexandre Izquierdo (PMDB), que prometeu buscar hoje as 17 assinaturas necessárias para levar a emenda para discussão no plenário. “Vamos tentar também a negociação direta com o prefeito”, disse Alexandre.

Jeferson Moura (PSOL) foi o único membro da Comissão – formada também pelos vereadores Prof. Uóston (PMDB) e Átila Nunes (PSL) – a votar a favor da emenda. Ele classificou a rejeição da proposta como “decisão política equivocada”. “Foi um verdadeiro absurdo e faltou sensibilidade. O regimento da Câmara é conservador e prevê que duas pessoas decidam o que entra e sai do orçamento”, contestou o vereador.

Lei existe desde 2004. Só no papel.

A Lei de Acessibilidade, regulamentada em 2004, previa que todos os prédios públicos tivessem acesso “livre de obstáculos” em 13 de junho de 2007. Na prática, a determinação não funcionou. O IBDD entrou com ação na Justiça pedindo a adaptação dos prédios públicos em 2007, e saiu vencedora em 2009. A partir dali, União, estado e município tiveram um ano para adaptação, com multa diária de R\$ 10 mil por prédio sem acessibilidade. Como a determinação, de maio de 2010, não foi cumprida, o IBDD calcula que o valor das multas para a prefeitura passe dos R\$ 17 bilhões.

A prefeitura afirma que todos os prédios municipais construídos desde 2009 seguem requisitos de acessibilidade. Sobre a decisão judicial, limitou-se, por nota, a informar que “há recurso em andamento”.

Deficiente visual é proibido de ficar em loja junto de cão-guia

Gabriel Vicalvi foi impedido de permanecer em um estabelecimento do *ParkShopping*, em São Caetano do Sul, por estar com seu cão-guia.

Fonte: Veja São Paulo – Carolina Giovanelli – 28/11/2013

Deficiente visual desde o nascimento, o analista de sistemas Gabriel Vicalvi, de 28 anos, passou por apuros no último dia 20. Em uma loja de um *shopping* em São Caetano do Sul foi proibido de ficar no estabelecimento por estar com seu cão-guia, a *golden retriever* Júlia, de 4 anos. Entenda o ocorrido:

O que aconteceu?

Entrei em loja de artigos importados no *ParkShopping* São Caetano para comprar um presente para minha namorada. Minha prima de 11 anos foi comigo, enquanto minha namorada e meus tios esperavam no corredor. Fiquei aguardando que alguém me atendesse, mas não obtive resposta.

Pouco depois, um funcionário me abordou dizendo que eu não poderia entrar lá com meu cachorro. Expliquei que estava dentro da lei: os cães-guias podem circular por qualquer espaço público. Ele continuou sendo arrogante. Fiquei constrangido. Disse que se ele quisesse que eu saísse, teria que chamar a polícia. O rapaz me deixou lá sozinho, dei uma volta na loja para mostrar como a Júlia é tranquila e fui embora.

O que fez em seguida?

Pensei em ir à delegacia, mas como era feriado preferi evitar essa dor de cabeça. Publiquei a história no *Facebook* e milhares de pessoas compartilharam. A empresa escreveu um comunicado pedindo desculpas.

Isso já ocorreu antes?

Sim, mas em todas as vezes eu expliquei sobre a lei e a pessoa acabou compreendendo. Muita gente não sabe e acha que se trata de um cachorro comum.

Há quanto tempo está com a Júlia?

Há pouco mais de um ano. Ela me acompanha o dia inteiro, dentro de ônibus e metrô, quando vou para o trabalho e para a faculdade à noite. Andei mais de vinte anos com a bengala. Quando ela entrou em minha vida, precisei me entregar totalmente. É preciso ter plena confiança na condução dela.

Por que criar uma página do Facebook para ela?

Só há oitenta cães-guia no Brasil. Sinto-me privilegiado em ser uma das pessoas beneficiadas. O *site* é um modo de divulgar o trabalho dela e fazer com que as pessoas apoiem mais a causa. Ela faz bastante sucesso, tem mais de 2000 seguidores.

O que a Júlia gosta de fazer?

Ela não pode brincar com bolinha, pois há muita gente jogando bola na rua e isso pode distraí-la. Mas ela ama morder garrafas pet e ir à piscina.

//EVENTO

XXIII Congresso Brasileiro de Medicina Física e Reabilitação

O evento está marcado para os dias 11, 12 e 13 de setembro de 2014.

Fonte: ABMFR – Dr. Carlos Issa Musse – 31/10/2013

XXIII Congresso Brasileiro de Medicina Física e Reabilitação, a realizar-se em Gramado/RS, no Centro de Convenções, do Serrano Resort, nos dias 11 a 13 de setembro de 2014.

Tópicos a serem abordados:

- Dor: dores mistas na patologia da coluna vertebral; dor neuropática; incapacidade associada à lesão nervosa periférica.

Neurofisiologia Clínica

- Dor Crônica: sensibilização da teoria à prática; fibromialgia - Novas Tecnologias;

- Coluna: "Fail back Surgery"; imagem em patologias da coluna vertebral; programas de reabilitação;

- Medicação na prática fisioterápica: aines e risco cardiovascular; aines e riscos gastrointestinais; alternativas analgésicas no idoso; interação de drogas comuns (renais e hepáticas); medicação intra articular;

- Reabilitação na Prática Esportiva;

- Acidente Vascular cerebral: reabilitação e efetividade;

- Distúrbios de movimento: espasticidade; distonia apendicular; blefaro espasmo- espasmo facial;

- Ecografia: perspectiva para procedimento e diagnóstico;

- Políticas de reabilitação e dispensação no sistema público;

- Políticas de reabilitação e dispensação na saúde complementar.

//DOCTRINA

A Europa e a Educação Inclusiva

Artigo de **David Rodrigues** – Professor universitário, presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial de Portugal

Fonte: Publico.pt – postado em 07/11/2013

Para ter acesso ao artigo na íntegra basta clicar [aqui](#).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Fonte: Informativo STF nº 726, de 28 de outubro a 1 de novembro de 2013

PRIMEIRA TURMA

Entes públicos e acessibilidade - 1

É dever do Estado-membro remover toda e qualquer barreira física, bem como proceder às reformas e adaptações necessárias, de modo a permitir o acesso de pessoas com restrição locomotora à escola pública. Com base nessa orientação, a 1ª Turma deu provimento a recurso extraordinário em que foi discutido: a) se o ato de se determinar à Administração Pública a realização de obras significaria olvidar o princípio da separação dos Poderes, porquanto se trataria de ato discricionário; b) se necessário o exame de disponibilidade orçamentária do ente estatal. Consignou-se que a Constituição (artigos 227, § 2º, e 244), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei nº 7.853/1989; e as Leis paulistas 5.500/1986 e 9.086/1995 asseguram o direito das pessoas com deficiência ao acesso a prédios públicos. Frisou-se o dever de a Administração adotar providências que viabilizassem essa acessibilidade. Pontuou-se presente o controle jurisdicional de políticas públicas. Asseverou-se a existência de todos os requisitos a viabilizar a incursão judicial nesse campo, a saber: a natureza constitucional da política pública reclamada; a existência de correlação entre ela e os direitos fundamentais; a prova de que haveria omissão ou prestação deficiente pela Administração Pública, inexistindo justificativa razoável para esse comportamento. Destacou-se a promulgação, por meio do Decreto nº 6.949/2009, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, incorporado ao cenário normativo brasileiro segundo o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição. Ressalvou-se o disposto no artigo 9º do mencionado decreto [“1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a: a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho”].

RE 440028/SP, rel. Min. Marco Aurélio, 29.10.2013. (RE-440028)

Entes públicos e acessibilidade – 2

Sublinhou-se que, ao remeter à lei a disciplina da matéria, a Constituição não obstaculizou a atuação do Poder Judiciário, em especial quando em debate a dignidade da pessoa humana e a busca de uma sociedade justa e solidária (CF, artigos 1º, III, e 3º, I). Reputou-se que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais teriam aplicação imediata, sem que fossem excluídos outros direitos decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil fosse parte (CF, art. 5º, §§ 1º e 2º). Assinalou-se que o acesso ao Judiciário para reclamar contra lesão ou ameaça de lesão a direito seria cláusula pétrea. Observou-se que a acessibilidade, quando se tratasse de escola pública, seria primordial ao pleno desenvolvimento da pessoa (CF, art. 205). Lembrou-se que o art. 206, I, da CF asseguraria, ainda, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Registrou-se que barreiras arquitetônicas que impedissem a locomoção de pessoas acarretariam inobservância à regra constitucional, a colocar cidadãos em desvantagem no tocante à coletividade. Concluiu-se que a imposição quanto à acessibilidade aos prédios públicos seria reforçada pelo direito à cidadania, ao qual teriam jus as pessoas com deficiência.

RE 440028/SP, rel. Min. Marco Aurélio, 29.10.2013. (RE-440028)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Pessoas carentes com deficiência têm assegurado transporte intermunicipal gratuito

Fonte: Portal Inclusão – 27/11/2013

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves negou seguimento a um recurso especial interposto pela Procuradoria-Geral do Estado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado que declarou inconstitucional a expressão “até o limite de duas passagens por coletivo” da Lei Estadual nº 13.042/2008. A Lei Estadual dispõe sobre a gratuidade nas linhas comuns do transporte coletivo intermunicipal de passageiros para pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais, comprovadamente carentes. Desta forma, a lei passa a ter vigência sem a limitação de duas passagens para quem é deficiente comprovadamente carente e usa o transporte intermunicipal, conforme prevê a Constituição Estadual.

Em fevereiro de 2009, o então Procurador-Geral de Justiça Celso Tibere Rodrigues Lobato promoveu ação direta de inconstitucionalidade objetivando retirar do ordenamento jurídico a Lei Estadual nº 13.042/2008.

Segundo o Ministério Público, a lei contraria o artigo 262, da Constituição Estadual, que assegura a gratuidade aos deficientes comprovadamente carentes no transporte coletivo intermunicipal, sem limites de passagens. O TJ julgou parcialmente procedente a ação direta de inconstitucionalidade. Em seguida, a Procuradoria-Geral do Estado interpôs o recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça alegando que a gratuidade do serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, de forma ilimitada, ocasionaria o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos de concessão firmados pelo poder público.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Banco é multado em R\$ 30 mil por negar conta a deficiente

Fonte: Terra – 03/11/2013

O Itaú Unibanco foi condenado a pagar R\$ 30 mil em indenização por dano moral a um cliente com deficiência física que não pode abrir uma conta bancária, segundo decisão da 8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo. A instituição financeira ainda pode recorrer da sentença.

De acordo com informações da assessoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, o requerente tem paralisia cerebral, com restrições de coordenação motora. O banco alegou que ele não podia assinar de próprio punho o contrato e pediu para que ele retornasse outro dia acompanhado de alguém que pudesse assinar por ele.

Para o juiz Gustavo Dall’Olio, o banco se recusou a aceitar a impressão digital ou até mesmo a biometria para aceitar a abertura de conta e impediu a participação da pessoa com deficiência na sociedade, em igualdade de condições.

“A contratação do serviço bancário não acarretaria, sob nenhum aspecto, ônus desproporcional ou indevido à instituição financeira, a qual se eximiu – invocando justificativas risíveis – do dever de adaptação razoável”, afirmou o juiz na decisão.

28/11/2013

Justiça condena Estado a fornecer fraldas a adolescentes com deficiência

A DP-SP (Defensoria Pública de São Paulo) obteve na Justiça uma sentença que obriga o Estado de São Paulo e o município de Bauru a fornecer gratuitamente fraldas descartáveis a todas as crianças e adolescentes com deficiência, desde que haja prescrição médica indicando a necessidade deste insumo e que demonstrem não ter recursos para adquiri-las.

A decisão é do Juiz de Direito Ubirajara Maintinguer, da Vara da Infância e Juventude da cidade de Bauru, e confirma a decisão liminar concedida em setembro de 2012. Ainda cabe recurso.

A sentença decorre de uma ação civil pública proposta pela Defensoria Pública, em junho de 2012. Segundo o defensor público Bruno César da Silva, responsável pelo caso, a quantidade de pedidos de fraldas cresce a cada dia.

“As ações propostas, até hoje, só obtiveram resultados positivos, no sentido de ter fornecido as fraldas para as crianças e adolescentes que possuem alguma condição especial, o que demonstra que o direito pleiteado possui lastro em disposições constitucionais e legais”, afirma Bruno.

Na ação, Bruno também afirmou que, na maioria dos casos, as famílias só procuravam a Defensoria Pública após terem resposta negativa para seus pedidos nas Secretarias Municipal ou Estadual de Saúde. “Os depoimentos dos familiares que procuraram a Defensoria Pública demonstram o descaso dos órgãos públicos responsáveis com a saúde e necessidade de uma classe de pessoas ainda em desenvolvimento e em condições especiais”.

Na sentença, o Juiz observou que a fralda, quando receitada pelo médico, para portadores de necessidades especiais, deve ser considerada insumo, assim como medicamentos, e também necessária para o provimento do direito à saúde.

“O poder público, nas esferas Estadual e Municipal, deve garantir o direito à saúde mediante atendimento integral ao indivíduo, abrangendo a promoção, preservação e recuperação da sua saúde, o que importa também no fornecimento de fraldas como forma de evitar o agravamento do seu estado de saúde e surgimento de infecções”.

de que sejam retirados de suas cadeiras de rodas.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR), autor do projeto, argumenta que os benefícios fiscais concedidos na aquisição de táxis devem ser revertidos à sociedade de alguma forma. Na justificativa do projeto, ele acrescenta que os cadeirantes preferem fazer seus deslocamentos, sempre que possível, sem a necessidade de ajuda ou de retirada de suas cadeiras de rodas. “Isso porque eles querem se sentir produtivos e capazes de gerir suas vidas sozinhos, como o restante da população. Nesse sentido, é importante que haja táxis adaptados para as peculiaridades desses brasileiros”, argumenta o senador.

O projeto estabelecia inicialmente que apenas as empresas estariam sujeitas à obrigação de adaptar 5% da frota, mas o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), incluiu as cooperativas. Ele lembra que em muitos municípios os serviços de táxi são prestados não apenas por permissionárias ou concessionárias, mas também por cooperativas formadas por condutores anônimos.

A CDH examinará a matéria em caráter terminativo.

Comissão aprova inclusão do crime de bullying no Código Penal

Crime consiste em intimidar, constranger, ofender, castigar, submeter, ridicularizar ou expor alguém, entre pares, a sofrimento físico ou moral, de forma reiterada.

Fonte: Agência Câmara – 22/11/2013

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na última quarta-feira (20) proposta que inclui no Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/40) o crime de intimidação vexatória (ou bullying).

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Assis do Couto (PT-PR), ao Projeto de Lei nº 1011/11, do deputado Fábio Faria (PSD-RN). O projeto original falava em intimidação escolar, porém o relator considera o termo intimidação vexatória mais abrangente. “A incidência dessas agressões não se dá exclusivamente no interior de estabelecimentos escolares”, argumenta.

Pela proposta, o crime consiste em intimidar, constranger, ofender, castigar, submeter, ridicularizar ou expor alguém, entre pares, a sofrimento físico ou moral, de forma reiterada. A pena prevista é de detenção de um a três anos e multa. Se o crime ocorrer em ambiente escolar, a pena será aumentada em 50%.

Cyberbullying

Se o crime for praticado por meio de comunicação (prática conhecida como *cyberbullying*), a pena será aumentada em dois terços. O *cyberbullying* não estava previsto na proposta original e foi incluído pelo relator. **Se a vítima for deficiente físico ou mental**, menor de 12 anos, ou se o crime ocorrer explicitando preconceito de raça, etnia, cor, religião, procedência, gênero, idade, orientação sexual ou aparência física, a pena será aplicada em dobro.

Se do crime de intimidação vexatória resultar lesão corporal ou seqüela psicológica grave de natureza temporária, a pena será de reclusão de 1 a 5 anos. Se a lesão for de natureza permanente, a pena aumentará para reclusão de 2 a 8 anos. Já se a intimidação resultar em morte, a pena será de reclusão de 4 a 12 anos.

Em qualquer caso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se a própria vítima do *bullying* tiver provocado a intimidação, de forma reprovável.

Responsabilidade do diretor

Em seu primeiro substitutivo, o relator previa que o diretor de escola

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Avança projeto que exige táxis adaptados para pessoas com deficiência

Objetivo da proposta, que segue agora para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, é permitir a cadeirantes embarcar e desembarcar do automóvel sem a necessidade de que sejam retirados de suas cadeiras de rodas.

Fonte: Senado Federal – 13/11/2013

Empresas e cooperativas de táxi que operam com 20 ou mais veículos poderão ser obrigadas a adaptar pelo menos 5% de sua frota para pessoas com deficiência. É o que determina o PLS 12/2012, que foi aprovado nesta quarta-feira (13) pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. O objetivo da proposta, que segue agora para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), é permitir a cadeirantes embarcar e desembarcar do automóvel sem a necessidade

que deixasse de tomar as providências necessárias para cessar o bullying poderia ser responsabilizado e a ele seria aplicada a mesma pena prevista para o crime. Porém, nas negociações durante a votação, Assis do Couto optou por retirar essa responsabilização.

Tramitação

A proposta será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Íntegra da proposta:

PL – 1011/2011

Aprovado PL da deputada Gilma que beneficia pessoas com deficiência

O PL tem como escopo dispor sobre a instalação de banheiros químicos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência nos eventos públicos realizados no âmbito do Estado da Paraíba.

Fonte: Portal Inclusão – 27/11/2013

A deputada estadual Gilma Germano obteve, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Paraíba, desta quarta (20/11), a aprovação de relevante propositura de sua autoria: o Projeto de Lei nº 1.720/13. Este PL tem como escopo dispor sobre a instalação de banheiros químicos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência nos eventos públicos realizados no âmbito do Estado da Paraíba.

A parlamentar justificou a apresentação de sua propositura afirmando considerar que toda forma de minimizar barreiras e toda forma de promover e ampliar os direitos das pessoas com deficiência devem ser defendidas e construídas: “As pessoas com deficiência têm sistematicamente seus direitos violados, estão como que invisíveis, mesmo quando amparadas por ordenamentos jurídicos importantes. Precisamos, por isto, reverter esta realidade com ações que ocupem o centro da agenda das políticas públicas”, declarou Gilma Germano.

A iniciativa da propositura volta seu olhar para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas com deficiência, considerando o legítimo direito que elas possuem de participarem com dignidade de eventos públicos, integrando-se à sociedade, como sujeitos de direitos que são.

//LEGISLAÇÃO

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que dispõe o §5º combinado com o §7º do artigo 115 da Constituição Estadual, promulga a Lei nº 6576, de 04 de novembro de 2013, oriunda do Projeto de Lei nº 364-A, de 2011.

LEI Nº 6576, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O CENSO INCLUSÃO E CADASTRO INCLUSÃO – IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SÓCIOECONÔMICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Censo Inclusão com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico das pessoas com deficiência, bem como mapear e cadastrar o referido perfil com vistas ao direcionamento das políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades desse segmento social.

Parágrafo único. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por pessoas com deficiência, aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Art. 2º O Cadastro Inclusão será realizado com os dados obtidos no Censo Inclusão e deverá conter as seguintes informações, dentre outras:

I – os tipos e graus de deficiência encontrados;

II – a quantificação, a qualificação e a localização das pessoas com deficiência;

III – o número de pessoas com deficiência internas no sistema penitenciário.

Art. 3º O Censo Inclusão e o Cadastro Inclusão realizar-se-ão no período de 04 (quatro) anos no Estado.

§1º Os dados coletados para o cadastro serão disponibilizados para o acesso ao público na sede do órgão estadual competente, bem como no Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Internet), mediante autorização expressa da pessoa cadastrada.

§2º Os dados do Cadastro Inclusão poderão ser atualizados, através do autocadastramento, no sítio oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro ou pela sede do órgão estadual.

Art. 4º Para a execução do Censo Inclusão e do Cadastro Inclusão, poderão ser estabelecidos convênios entre os municípios e parcerias com órgãos públicos e entidades representativas do setor, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º As despesas para execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias, suplementadas se necessárias.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se a Lei nº 3.546, de 06 de abril de 2001.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 04 de novembro de 2013.

DEPUTADO PAULO MELO

Presidente

Para ter acesso à Lei Estadual nº 6.576/13, basta clicar [aqui](#).

LEI Nº 6583, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 2º DA LEI Nº 4.263, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 4.263, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Serão consideradas iniciativas empresariais favoráveis à inclusão das pessoas com deficiência, dentre outras, a reserva de postos de trabalho específicos, a reserva de postos de estágio profissional, a capacitação para o exercício de funções de maior remuneração, a adoção de soluções arquitetônicas que favoreçam a acessibilidade, tanto para empregados, como para o público em geral, e a promoção ou patrocínio de eventos culturais ou desportivos dirigidos a esse segmento. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 08 de novembro de 2013.

SÉRGIO CABRAL

Governador

Para ter acesso às Leis Estaduais nºs 4.263/03 e 6.583/13, basta clicar [aqui](#).

//INSTITUCIONAL

Na 6ª Reunião Ordinária de 2013 da Comissão Permanente Multidisciplinar de Acessibilidade (CPMA), realizada no último dia 06 de novembro, foram abordados os seguintes assuntos: tramitação da minuta de resolução que propõe a modificação da CPMA (MPRJ nº 2012.01289393); discussão de inúmeras questões relacionadas às novas sedes do MPRJ em São João da Barra, Campo Grande, Santa Cruz e Niterói; sugestão de criação de rotinas administrativas para avaliação das obras novas, bem como para realização de fiscalização periódica das mesmas; sugestão de criação de comissões temáticas e de uma Câmara Técnica, no âmbito da Secretaria-Geral do Ministério Público; sugestão de realização de estudo para analisar a possibilidade de aplicação de sanção pecuniária às sociedades empresárias contratadas pelo MPRJ que desrespeitam as normas de acessibilidade durante a execução dos contratos.

A próxima reunião foi agendada para o dia 27 de novembro de 2013, às 14 horas, na sala 1, do 2º conjunto, do Edifício-sede das Procuradorias de Justiça.

26/11/2013

Os Promotores de Justiça Luiz Cláudio Carvalho de Almeida e Rafael Luiz Lemos de Sousa, Coordenador e Subcoordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, respectivamente, participaram dos Programas de TV “MP Cidadão” nºs 308 e 309, que trataram do tema **acessibilidade**.

Os 2 (dois) programas, divididos em 2 (dois) blocos cada, estão disponíveis para consulta junto à página do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na *internet* (Imprensa / Programa de TV “MP Cidadão / Programa 308: Acessibilidade – parte 1 ou Programa 309: Acessibilidade – parte 2) ou através do [link](#).